

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Em 2007, o Estado do Espírito Santo continuou o processo de sua expansão econômica, evidenciada pelo anúncio de grandes investimentos em setores estratégicos como siderurgia, transporte, logística, mineração, petróleo e gás. Somente na área de petróleo e gás foram investidos cerca de R\$ 5 bilhões. A produção da indústria registrou um crescimento de 7,5%, com especial destaque da indústria extrativista, metalurgia básica, alimentos e bebidas. Esse bom desempenho manifestou-se também em outros segmentos, como o imobiliário e o comércio varejista.

Seguindo a tendência da economia do Estado, a energia distribuída pela Escelsa apresentou um crescimento de 5,3%, atingindo 8.488 GWh no ano, dos quais 6,8% aos clientes cativos e 2,9% ao transporte de energia elétrica para clientes livres. Verificou-se um expressivo crescimento no fornecimento de energia elétrica às classes rural em 15,1%, residencial em 8,6% e comercial em 8%. O número de clientes teve um crescimento de 3,4%, totalizando 1.095.275.

Os principais indicadores técnicos, que medem a continuidade no fornecimento de energia elétrica aos clientes, como DEC e FEC, que representam a duração e a frequência dos desligamentos, respectivamente, apresentaram níveis de qualidade superiores àqueles requeridos pela Aneel.

Os investimentos na expansão e melhoria da rede, associados ao aumento da demanda e ao Programa Luz para Todos, bem como os aplicados aos sistemas de gestão, automação e medição, atingiram valores de R\$ 203 milhões, 6% superior ao ano anterior, reafirmando o compromisso da Companhia com o desenvolvimento econômico e social do Estado e colocando a Escelsa como uma empresa de vanguarda no campo da modernização tecnológica. De referir o cumprimento integral do Programa Luz para Todos, uma parceria da Escelsa, Governo do Estado do Espírito Santo e Governo Federal, que superou as metas comprometidas com o Ministério de Minas e Energia e Aneel.

A 4ª revisão tarifária, que ocorreu em 7 de agosto, reposicionou as tarifas da Escelsa em -6,92%. Com ajustes financeiros e recuperação tarifária de períodos anteriores, o reajuste médio nas contas dos clientes foi de -9,62%. Apesar dessa redução tarifária, verificou-se um crescimento da receita operacional bruta em 10,1% e da receita líquida em 11,2%, alcançando os valores de R\$ 2.050 milhões e R\$ 1.229 milhões, respectivamente.

A Escelsa iniciou a implantação do Sistema de Gestão Integrada - SGI e já possui um Sistema de Gestão de Segurança, visando a prevenção de acidentes, antecipação de riscos e construção de parcerias com os gestores da Companhia e contratados, dando ênfase à capacitação e ao desenvolvimento de ações preventivas, que possibilitem a conscientização da importância de medidas preventivas de todos os que executam atividades direta ou indiretamente na rede elétrica.

Atestando a qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e de sua gestão empresarial, a Escelsa foi reconhecida, por seus clientes, como a melhor empresa no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente, conferida pela Abradee - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica. Na mesma avaliação, a Escelsa foi também premiada como a empresa que apresentou a maior evolução de desempenho. Em competição com empresas de energia elétrica da América Latina, a Escelsa recebeu dois prêmios conferidos pela CIER (Comisión de Integración Energética Regional), um de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente, na categoria Prata e o outro por ter apresentado a maior evolução no índice da área de Informação e Comunicação com os Clientes.

No âmbito do Programa de Eficiência Energética, destaca-se o Projeto "Atendimento à Comunidade de Baixa Renda", que visou aumentar a eficiência energética em unidades consumidoras de setenta e seis bairros da Grande Vitória, promovendo, em parceria com a comunidade carente, ações de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, com a distribuição de 89.840 lâmpadas fluorescentes eficientes, em substituição às incandescentes e a troca de 4.900 geladeiras ineficientes por outras com selo PROCEL. A Escelsa recebeu também o Certificado de Reconhecimento de Mérito, pela implementação do Projeto Reluz, de eficiência energética do sistema de iluminação pública, no Município da Serra, concedido pela Eletrobrás e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibama).

Em razão das ações de cidadania relativas ao combate do trabalho infantil, promoção da educação, saúde e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, a Escelsa foi reconhecida e certificada, pelo oitavo ano consecutivo, como empresa Amiga da Criança pela Fundação Abrinq. Pelo seu Programa Incluir, com ações de cidadania de inclusão social de pessoas com necessidades especiais, em parceria com a APAE - Vitória, a Escelsa foi reconhecida e certificada como empresa amiga dessa entidade.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Escelsa recebeu diploma e troféu na categoria ouro do Prêmio Qualidade Espírito Santo (PQES), pela adoção dos critérios de excelência na gestão da organização.

A melhoria do desempenho e da eficiência operacional continuarão a ser objetivos estratégicos da Companhia, buscando posicioná-la como uma referência em excelência na gestão e responsabilidade social, com o total comprometimento de seus colaboradores e da liderança da Companhia.

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA

DIRETOR PRESIDENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Escelsa, a partir de fevereiro de 2008, passa a ter uma nova composição, decorrente da nomeação de Antônio Martins da Costa, Presidente desde 2003, para o cargo de chairman e CEO da Horizon Wind Energy, empresa recentemente adquirida nos Estados Unidos pela EDP - Energias de Portugal. Também passam a exercer outras funções no Grupo EDP, em Portugal, Custódio Alexandre Rouxinol Miguens e Antônio Eduardo da Silva Oliveira, respectivamente vice-presidentes de Geração e Meio Ambiente e de Distribuição e Serviços Técnicos.

Nova composição do Conselho de Administração

Presidente: *Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu*

Vice-Presidente: *João José Gomes de Aguiar*

Conselheiro: *Agostinho Gonçalves Barreira*

Conselheiro: *Antonio José Sellare*

Conselheiro: *Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro*

Conselheiro: *Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas*

Conselheiro: *Miguel Dias Amaro*

Conselheiro (Representante dos Empregados): *Dante Segundo Pancini Pola*

DIRETORIA

A Diretoria da Escelsa, a partir de fevereiro de 2008, apresenta uma nova composição, decorrente da reestruturação do modelo de gestão das distribuidoras do Grupo Energias do Brasil. Desta estrutura passa a fazer parte um Diretor Operacional, com a responsabilidade de coordenar a atuação das várias vertentes funcionais da Companhia e de assegurar a sua gestão operacional.

Nova composição da Diretoria Executiva

Diretor Presidente: *Agostinho Gonçalves Barreira*

Diretor Operacional: *Carlos Yoshio Motoki*

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores: *Thomas Daniel Brull*

Diretor Técnico: *Manuel Alexandre São Miguel de Oliveira*

Diretor Comercial: *Paulo César Corrêa Soares*

Diretor de Regulação: *Dorel Soares Ramos*

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O crescimento da renda e do emprego, a queda nas taxas de juros, inclusive para o crédito pessoal, a expansão dos prazos nos financiamentos de bens duráveis e de valores para a casa própria, entre outros fatores, têm gerado um efeito em cadeia na economia que se reflete no consumo de eletricidade.

Em 2007, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 4,8% sobre 2006, de acordo com dados do Operador Nacional do Sistema (ONS), esta taxa é a maior desde o fim do racionamento.

O Estado do Espírito Santo manteve a trajetória de expansão, alicerçada no comércio exterior, na sua vocação para a logística e no acelerado crescimento da indústria de petróleo e gás, com anúncios de novas reservas e instalação de novas empresas em função da exploração do petróleo e gás.

A balança comercial do Estado do Espírito Santo fechou o ano com saldo positivo de US\$ 232 milhões, com destaque para exportação de celulose, minério e pelotas de ferro, aço, rochas ornamentais e café em grãos. A produção física da indústria capixaba em 2007 registrou crescimento de 7,5% e os maiores aumentos foram registrados na indústria extrativista (gás e petróleo), metalurgia básica, alimentos e bebidas.

A continuidade no crescimento econômico do Estado do Espírito Santo pode ser medida pelas taxas de crescimento da energia elétrica distribuída na área de concessão da Escelsa nos últimos três anos, que foram superiores a 5% ao ano, (6,4%, 5,5% e 5,3%, respectivamente em 2005, 2006 e 2007). Os maiores crescimentos em 2007 foram na classe residencial com 8,6%, comercial com 8% e rural com 15,1%.

A ESCELSA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa é uma Companhia Aberta desde 19 de janeiro de 1996, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, regida pela Lei das Sociedades por Ações, controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, passando a ser sua subsidiária integral, a partir de 29 de abril de 2005.

A Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em uma área de 41.241 km², equivalente a aproximadamente 90% do Estado e a 93,8% da população total, o que corresponde a 3,2 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

PRINCIPAIS INDICADORES *

Descrição	Unidade	Saldos		
		Dez/07	Dez/06	Var. %
Financeiros				
Ativo Total	R\$ mil	2.072.201	2.117.905	-2,2
Patrimônio Líquido	R\$ mil	779.162	773.233	0,8
Dívida Líquida (1)	R\$ mil	326.054	316.811	2,9
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,42	0,41	0,0
Dívida Líquida/EBITDA (12 Meses)	vezes	1,28	1,16	0,1
Descrição		2007	2006**	Var. %
Resultados				
Receita Bruta	R\$ mil	2.050.367	1.861.548	10,1
Receita Líquida	R\$ mil	1.229.536	1.105.675	11,2
Gastos Gerenciáveis e não Gerenciáveis	R\$ mil	1.046.858	902.528	16,0
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ mil	182.678	203.147	-10,1
EBITDA (2)	R\$ mil	254.021	273.922	-7,3
Resultado Financeiro	R\$ mil	(71.645)	(64.707)	10,7
Resultado não Operacional	R\$ mil	(2.923)	(1.645)	77,7
Resultado antes de Impostos	R\$ mil	108.110	136.795	-21,0
Lucro Líquido	R\$ mil	118.582	139.625	-15,1
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/Rec. Líquida)	%	20,7%	24,8%	-4,1 p.p.
Margem Líquida (Lucro Líq./Rec. Líquida)	%	9,6%	12,6%	-3,0 p.p.
Operacionais				
Energia Distribuída	MWh	8.488.300	8.059.687	5,3
Energia Vendida e Clientes Finais	MWh	4.565.112	4.276.164	6,8
Residencial		1.490.848	1.372.831	8,6
Industrial		1.056.975	1.041.163	1,5
Comercial		977.640	905.023	8,0
Rural		482.699	419.309	15,1
Outros		556.950	537.838	3,6
Suprimento a Outras Concessionárias	MWh	376.499	336.269	12,0
Consumo Próprio	MWh	8.174	9.644	-15,2
Energia em Trânsito	MWh	3.538.515	3.437.610	2,9
Investimentos	R\$ mil	203.003	191.333	6,1
Número de Clientes Finais	unidade	1.095.275	1.058.915	3,4
Número de Colaboradores	unidade	953	999	-4,6
Produtividade (MWh Distribuído/Empregado)		8.907	8.068	10,4
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	11,5	8,3	38,8
Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	7,7	6,3	20,7

(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios

(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional.

(*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações operacionais não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

(**) Ano de 2006 reclassificado. De acordo com o Despacho Aneel nº 3.073 de 28/12/2006, as distribuidoras de energia passaram a contabilizar a partir de 2007 os encargos da CCC, CDE e P&D como "Deduções às Receitas Operacionais".

REDE ELÉTRICA

Caracterização do Sistema Elétrico

O sistema elétrico de distribuição da Escelsa é formado por 53,5 mil km de linhas de distribuição de 138kV, 69kV, 34,5 kV e redes de média e baixa tensão, 72 subestações com 2.931 MVA e mais de 106 mil transformadores de distribuição próprios e de terceiros, estando totalmente integrado ao Sistema Interligado Nacional. O sistema elétrico atingiu a ponta de demanda de 1.476,2 MW no mês de março de 2007, 5,1% acima à do ano de 2006.

Principais Dados das Instalações Elétricas da Escelsa*

Instalações	2007	2006	Variação	
			Quant.	%
Número de Subestações **	72	72		0,0
Potência Instalada de Transformação (MVA)	2.931	2.913	18	0,6
Redes de Distribuição - Própria - Total - km	53.532	52.608	924	1,8
Redes de Distribuição - Própria - AT (maior ou igual a 69 kV) - km	2.659	2.632	27	1,0
Redes de Distribuição - Própria - MT (entre 1 e menor a 69 kV) - km	42.669	41.735	934	2,2
Redes de Distribuição - Própria - BT (menor que 1 kV) - km	8.204	8.241	(37)	-0,4
Transformadores de Distribuição Próprios - Total - (Número)	61.553	57.566	3.987	6,9
Transformadores de Distribuição Próprios - Urbano - (Número)	19.631	19.280	351	1,8
Transformadores de Distribuição Próprios - Rural - (Número)	41.922	38.286	3.636	9,5
Transformadores de Distribuição de Terceiros - (Número)	44.737	44.802	(65)	-0,1
Total de kVA's instalados na Distribuição - Própria - Total - (MVA)	1.934	1.852	82	4,4
Total de kVA's instalados na Distribuição Própria - Urbano - (MVA)	1.273	1.237	36	2,9
Total de kVA's instalados na Distribuição Própria - Rural - (MVA)	661	615	46	7,5
Total de kVA's instalados na Distribuição - Terceiros (MVA)	1.624	1.827	(203)	-11,1
Postes em Redes de Distribuição - Total - (Número)	525.012	509.766	15.246	3,0
Postes em Redes de Distribuição - Urbano - (Número)	265.331	257.626	7.705	3,0
Postes em Redes de Distribuição Rural - (Número)	259.681	252.140	7.541	3,0

* Não auditado pela KPMG

** Inclui uma subestação móvel

AT = Alta Tensão MT = Média Tensão BT = Baixa Tensão

No que tange à conexão com a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, o sistema elétrico da Escelsa possui quatro pontos de interligação, sendo três diretamente com a empresa transmissora Furnas, através da transformação 345/138 kV nas localidades de: Pitanga (Subestação de Transmissão - SE Vitória), no município da Serra, ES; Areinha (SE Viana), no município de Viana, (ambas na Região Metropolitana da Grande Vitória) e Campos, no Estado do Rio de Janeiro (ST Campos), compartilhada com a AMPLA e um quarto com a transmissora CESA em 230/138 kV na SE Mascarenhas, compartilhada com a UHE Mascarenhas da ENERGEST.

AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

Em 2007, houve a revisão tarifária da Escelsa, englobando todas as classes de consumo.

As tarifas da Escelsa foram revisadas em -6,92% para o período a partir de agosto de 2007. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de -9,62%. A Aneel estabeleceu também, de forma preliminar, o Fator Xe em 1,45%, a ser utilizado a partir do reajuste tarifário de 2008.

REVISÃO TARIFÁRIA 2007 (R\$ mil)

		Escelsa					
Receita Verificada		1.356.583					
Parcela A		814.707					
Parcela B		452.202					
Empresa de referência		221.263					
Inadimplência		8.852					
Remuneração bruta de capital		143.590					
Quota de depreciação		78.497					
Total da receita requerida		1.266.908					
(-) Outras receitas		4.177					
Receita requerida líquida		1.262.730					
Reposicionamento tarifário		- 6,92%					
Ajuste financeiro 2007		4,76%					
Ajuste financeiro 2006		7,46%					
Reposicionamento total		- 9,62%					
BRR Bruta		1.842.657					
BRR Líquida		952.457					
BALANÇO ENERGÉTICO							
Itaipu	1.817.747	18,0%	=	Energia	Suprimento	376.499	3,8%
Leilão	3.406.833	33,8%			Fornecimento	4.573.287	46,4%
Outros	1.326.984	13,2%			Perdas e Diferenças	1.360.948	13,8%
Energia em Trânsito	3.538.515	35,1%			Energia em Trânsito	3.538.515	35,9%
Perdas Transmissão	106.779				Perdas de Itaipu	39.109	
Vendas C. Prazo	94.981		Ajustes C. Prazo	-39			
Total		9.849.249			Requerida		

Compra de Energia

A energia requerida pela Companhia em 2007 foi de 9.849 GWh, valor superior em 6,3% ao verificado em 2006. A energia comprada para atendimento ao seu mercado, por meio de contratos bilaterais, leilões, Itaipu e outros totalizou 6.552 GWh, representando um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Energia Distribuída

O total de energia elétrica distribuída pelo sistema da Escelsa (energia vendida a clientes finais, consumo próprio e energia em trânsito), no ano de 2007, foi de 8.488 GWh, o que representa um crescimento de 5,3% em relação ao ano anterior.

	Clientes (unidade)		MWh		R\$ Mil (1)	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Fornecimento						
Residencial	856.525	827.193	1.490.848	1.372.831	471.889	431.222
Industrial	10.584	10.589	1.056.975	1.041.163	256.227	221.402
Comercial	92.274	89.921	977.640	905.023	294.977	254.627
Rural	125.921	121.679	482.699	419.309	88.138	76.624
Outros (2)	9.812	9.374	556.950	537.838	124.575	111.348
(-) Transferido para Energia Trânsito (3)					(761.252)	(699.941)
Energia Forn. Clientes Finais	1.095.116	1.058.756	4.565.112	4.276.164	474.554	395.282
Suprimento Convencional	1	1	376.499	336.269	47.454	36.646
Energia em Trânsito	29	24	3.538.515	3.437.610	237.708	238.914
(+) Transferido dos Clientes finais (3)					761.252	699.941
Consumo Próprio	129	134	8.174	9.644	(905)	-
Total Energia Distribuída	1.095.275	1.058.915	8.488.300	8.059.687	1.520.063	1.370.783
Fornecimento não Faturado (4)					50.919	16.565
Outras Receitas					16.852	43.207
(-) Deduções à Receita Operacional					(358.298)	(324.880)
Receita Operacional Líquida	1.095.275	1.058.915	8.488.300	8.059.687	1.229.536	1.105.675

(1) Dados em R\$ referem-se à Receita Líquida de ICMS.

(2) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

(3) Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos clientes finais.

(4) Fornecimento Não Faturado inclui ajustes regulatórios à receita.

O total de energia elétrica vendida aos consumidores finais em 2007 atingiu o montante de 4.565 GWh, o que representa um crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior, reflexo do aquecimento econômico e do aumento do número de clientes em 3,4%. A evolução da energia vendida por classe de consumo pode ser visualizada a seguir:

- Classe residencial: o aumento de consumo foi de 8,6%, reflexo do aquecimento da economia local e do aumento de 3,5% no número de clientes. Destaca-se que o consumo médio por consumidor teve uma variação positiva de 4,9%;
- Classe industrial: teve acréscimo de 1,5% se comparado ao mesmo período de 2006. O aumento no consumo teria sido maior não fosse a migração de clientes cativos para o mercado livre. Retirando-se o consumo desses clientes do mercado de referência, o aumento apresentado por esta classe seria de 5,5%;
- Classe comercial: apresentou um crescimento acumulado de 8,0%, influenciado pelo aquecimento da atividade econômica, notadamente nos setores de comércio varejista e atacadista e serviços de transporte. Se fosse desconsiderada a migração de um cliente para o mercado livre, o crescimento teria sido 8,7%;
- Classe rural: apresentou crescimento de 15,1%, provocado pelo acréscimo de 3,5% no número de clientes e pelo aumento no consumo de energia, resultado principalmente do aumento da irrigação, devido aos baixos índices pluviométricos registrados no segundo semestre de 2007;
- Demais classes: juntas, apresentaram crescimento de 3,6% em 2007. As classes de Poderes Públicos, Serviços Públicos e Iluminação Pública cresceram 7,9%, 2,7% e 0,8%, respectivamente.

O transporte de energia para os clientes livres teve aumento de 2,9%, passando de 3.438 GWh em 2006 para 3.539 GWh em 2007.

Com relação ao número de clientes faturados (mercado cativo, consumo próprio e uso da rede) a Companhia encerrou o ano de 2007 com 1.095.275 clientes, representando um crescimento de 3,4% sobre o ano anterior.

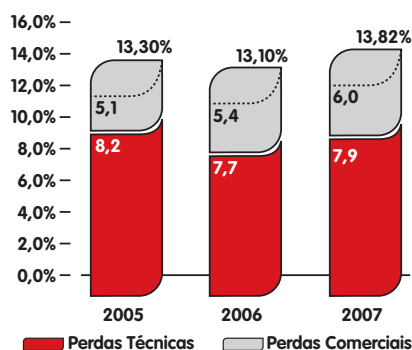
Perdas Técnicas e Comerciais

O índice de perdas totais, que engloba perdas técnicas e perdas não técnicas (comerciais e diferenças de faturamento) foi de 13,8%, em 2007, o que representa aumento de 0,7 pontos percentuais em relação a 2006.

As perdas técnicas evoluíram de 7,7% em dezembro/2006 para 7,85% ao final de 2007. Os fatores preponderantes para a elevação das perdas técnicas em 2007 foi a elevada demanda apresentada na região Norte do Estado e condições hidrológicas desfavoráveis no Rio Doce, resultando baixa geração nas UHE's Almorés e Mascarenhas.

Com relação às perdas não técnicas (comerciais), a Escelsa continuou a desenvolver um vigoroso programa de combate às fraudes, com a realização de 345.314 inspeções de campo (6,6% superior a 2006) e a retirada de 169.964 ligações clandestinas, além de investimentos em tecnologias de medição e de proteção de rede, com uma recuperação de 11 GWh. Apesar do programa conter um grande número de ações, o índice de perdas comerciais e diferenças de faturamento da Escelsa cresceu em 2007, de 5,4% em dez/2006, para 5,97% ao final de 2007.

Os motivos do crescimento das perdas comerciais na Escelsa são: i) o elevado número de desvios de energia e de ligações clandestinas nas periferias da região metropolitana da Grande Vitória, consideradas de grande complexidade social, com elevados índices de violência, que dificultam e em alguns bairros não possibilitam a atuação da Companhia, aliado a baixos índices de renda; ii) mudança de procedimento, visto que, antes, o desligamento da unidade consumidora se dava no ato da atuação e atualmente é concedido um prazo para o consumidor recorrer administrativamente para contestação, para evitar demandas judiciais, com elevação em 11% do número de unidades que não se regularizam e elevação de 24% para 38% daquelas que voltam à fraude; iii) postergação do prazo de realização em obras para coibir fraudes, tendo em vista a adequação de procedimentos em face de forte reação de comunidades à implantação de novas tecnologias de rede e medição, que dificultam fraudes e também devido a ocorrência de roubos de veículo e materiais das turmas que executavam obras do programa de combate a perdas, em bairros de maior violência; iv) aumento na manipulação da medição, não permitindo a atuação de mais de 50% dos casos de fraude, tendo em vista ser praticada em períodos noturnos.



ATIVIDADE COMERCIAL

Relacionamento com Clientes

O relacionamento com clientes continuou a merecer atenção especial em 2007 com a consolidação do projeto de ampliação e reforma das agências de atendimento, tendo-se implantado 13 novas agências de atendimento, totalizando 46 na área de concessão da Escelsa.

Em 2007, a Companhia também desenvolveu inúmeras ações, visando sedimentar os procedimentos operacionais das Agências de Atendimento, destacando-se a implantação do gerenciador de filas para monitoramento da quantidade de atendimentos e dos tempos médios de espera e de atendimento. O sistema disponibiliza informações on line, possibilitando a otimização dos recursos disponíveis, em função da demanda no atendimento, de forma a melhorar a satisfação dos clientes.

Especial atenção foi dada às reclamações comerciais feitas pelos clientes. Foram formados diversos grupos de trabalho, com colaboradores de todas as áreas que contribuem nos processos, com o objetivo de analisar as reclamações e identificar as causas e atuar na sua eliminação. Os resultados foram muito positivos, com uma redução de 25% no total de reclamações comerciais procedentes em 2007. Esses grupos de trabalho deverão atuar continuamente na análise das reclamações, visando a sua redução.

Com relação à Central de Atendimento (Call Center), em continuidade ao cumprimento à Resolução 57 da Aneel, que estipula as regras e metas para a atividade de atendimento ao cliente, visando prestar um atendimento ágil e eficiente, a Escelsa reformulou toda a infra-estrutura, utilizando tecnologia de última geração, com capacidade de atender e gravar digitalmente 200 mil ligações/mês. O atendimento telefônico no call center foi segmentado, com um telefone 0800 para clientes de baixa tensão, outro 0800 para clientes de média e alta tensão e outro 0800 para atendimento exclusivo aos Procons e órgãos de defesa do consumidor.

Foi feita a adequação de um novo imóvel, de acordo com padrão visual e ergonômico definidos, para a implantação da agência de atendimento de São Mateus, em região mais central, dessa importante cidade na região norte do Estado do Espírito Santo, agrupando todas as atividades comerciais e trazendo mais facilidade de resolução de problemas, acesso e conforto aos clientes e colaboradores.

O total de atendimentos dos canais de comunicação dos clientes com a Escelsa foi de 4.811.375, dos quais perto de 50% foram através do Call Center:

Call center	2.393.000
Agências de atendimento	868.382
Agentes comerciais	857.993
Internet	692.000
Total	4.811.375

Com relação ao atendimento dos clientes do Grupo A, ao longo de 2007, destaca-se o surgimento de vários empreendimentos de grande porte no Estado do Espírito Santo, dentre eles: i) implantação da 3ª usina de pelotização de Samarco, com energização das instalações para "start-up" em Jul/2007, início de operação efetivo em 2008 e 45 MW de carga; ii) implantação da 8ª usina de pelotização da Vale, com energização prevista para 2º semestre de 2009 e 40 MW de carga; iii) implantação do terminal de abastecimento de GLP de Barra do Riacho da Petrobrás, com previsão de início de operação para o 2º semestre de 2009 e 4 MW de carga; iv) implantação da Empresa Siderúrgica de Vitória - BAOSTEEL, no município de Anchieta, com previsão de início de operação em 2010, com 200 MW de carga instalada e capacidade de produção de 5 milhões de toneladas de aço/ano e com 400 MW de geração própria, suprimindo o sistema elétrico local com seu excedente de geração estimado em 150 MW.

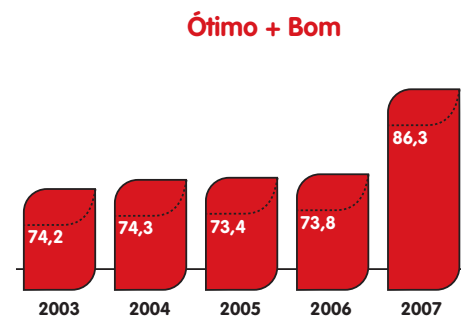
Pesquisa de Satisfação de Clientes

A Escelsa realiza pesquisas próprias desde 1996, bem como participa desde 1999 da Pesquisa de Clientes Residenciais promovida pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. A pesquisa própria avaliou até 2006 o nível de Satisfação dos Clientes de alta, média e baixa tensão e a da Abradee, avalia clientes residenciais, através de pesquisas quantitativas, nas quais o cliente opina sobre a qualidade do fornecimento de energia elétrica e dos serviços prestados. A pesquisa própria é realizada pelo Instituto Futura, de Vitória, e a da Abradee é realizada pelo Instituto Vox Populi, com sede em Belo Horizonte - MG, e ambas gozam de ampla credibilidade no âmbito Nacional.

Essas informações são disseminadas na Companhia, verificando oportunidades de melhoria nos processos, que são implementadas através de ações e projetos, muitas vezes propostos pelos próprios Clientes ou Colaboradores.

As análises dos resultados da pesquisa da Abradee indicam que, entre 2003 e 2006, houve uma estabilização do Índice de Satisfação (média ponderada de todos os itens avaliados com notas "bom" ou "ótimo"), considerando-se a margem de erro. Já em 2007, a Escelsa apresenta o melhor resultado de sua história, com 86,3% de aprovação. **Este resultado coloca a Companhia como a melhor Distribuidora do País** (dentre as que possuem mais de 400 mil clientes) em um empate técnico com outras duas. Essa mesma metodologia de pesquisa é feita em empresas da América Latina, pelo Instituto Vox Populi, sob a coordenação da CIER (Comisión de Integración Energética Regional). **A Escelsa figurou entre uma das melhores da América Latina**, tendo sido contemplada em 2007 com o prêmio CIER de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente, na categoria Prata. Também recebeu o prêmio CIER Menção Especial de Reconhecimento por Destaque por ter apresentado a maior evolução entre as empresas pesquisadas no índice da área de Informação e Comunicação com os Clientes.

Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente – Pesquisa Abradee



Alguns pontos da pesquisa podem ser destacados em 2007 no comparativo entre empresas com mais de 400 mil clientes. A melhoria do índice de satisfação foi uma das maiores já alcançadas entre as empresas de Distribuição do Brasil num período tão curto - e ainda se destacando entre as melhores do País. Os índices específicos ao **Atendimento** apontam a Escelsa sempre entre as primeiras colocadas do Brasil.

O mesmo ocorre na avaliação do **Fornecimento de Energia**, que mede a satisfação do produto vendido (Energia Elétrica), em que a Escelsa é a primeira do País. Adicionalmente, em todos os itens dessa área não houve concorrente com índice melhor.

Ainda, no 2º semestre de 2007, a Escelsa realizou duas pesquisas de Satisfação dos Clientes, uma voltada para os clientes do Grupo B e outra voltada para os 3.090 clientes do Grupo A, atendidos em média e alta tensão, dentre eles os Consumidores Livres e Especiais e Autoprodutores. As pesquisas foram realizadas, respectivamente, pelo Instituto FUTURA e pelo instituto IBOPE, que gozam de muita credibilidade. Os resultados preliminares do Grupo B indicam uma melhoria no índice de 79,50% para 82,29% e os resultados finais ficarão disponíveis no início de 2008.

Para os clientes do Grupo A, o resultado para a pesquisa foi bastante satisfatório, atingindo um índice de satisfação geral do cliente de 69%. Alguns pontos da pesquisa merecem destaque:

- Índice de 74% de satisfação para o atendimento personalizado dos gestores de carteiras;
- Índice de 80% de satisfação quanto à continuidade do fornecimento da concessionária;
- Índice de 87% de satisfação para a qualidade e clareza do faturamento apresentado;
- Índice de 87% de satisfação para os serviços e navegabilidade do site; e
- Índices de 90% e 92% para a satisfação quanto à execução das leituras e medições, respectivamente.

Essa pesquisa de satisfação servirá para orientar as ações da Escelsa, demonstrando áreas de atuação inexploradas que, bem trabalhadas, poderão resultar em uma elevação considerável desse índice na próxima enquete.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Conforme Termo de Compromisso celebrado entre o Ministério das Minas e Energia - MME a Escelsa e o Estado do Espírito Santo, com a intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, a participação financeira dos agentes é: 10% de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a título de subvenção econômica; 65% de financiamento da RGR; 15% de capital próprio da Escelsa e 10% de participação do Governo do Estado do Espírito Santo, também como subvenção.

O programa teve início no ano de 2004 e até o final de 2007 foram ligadas 27.999 unidades consumidoras, das quais 5.015 unidades no ano. O valor dos investimentos realizados nesse período foi de R\$ 149,5 milhões, dos quais R\$ 36,0 milhões em 2007.

INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2007 tiveram um crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 203 milhões, o que demonstra o comprometimento da Escelsa com o desenvolvimento econômico-social do Estado do Espírito Santo.

	R\$ Mil		R\$ Mil Variação
	2007	2006 (*)	
Expansão de Rede	58.497	46.763	11.734
Melhoramento da Rede	62.520	48.696	13.824
Universalização	36.693	58.842	(22.149)
Telecom, Informática e Outros	45.292	37.031	8.261
Total	203.003	191.333	11.670

(*) Ano de 2006 Reclassificado

Expansão do sistema Elétrico

Para atendimento da demanda do mercado, com níveis de qualidade exigidos pela legislação, foram investidos R\$ 58,5 milhões na expansão e adequação das redes elétricas, na ligação de novos clientes e na instalação de sistemas de medição. Destacam-se os investimentos efetuados para atender a demanda da região norte, compreendendo a relocação dos bancos de capacitores da subestação João Neiva para a subestação Montanha (2X 1,2 MVAR) e da subestação Carapina para a subestação Nova Venécia (26,7 MVAR); a construção das LT's 138 kV Vila Pavão - Paulista e Pitanga - Civit e ampliação da SE Paulista com a implantação da transformação 138/69 kV - 50 MVA.

Na região sul, está sendo concluída a nova subestação Lameirão, para assegurar o atendimento a parte do mercado de energia elétrica da cidade de Guarapari, levando confiabilidade ao atendimento a esse importante balneário e na Grande Vitória foi executada a ampliação da SE Ibes, com a instalação de um novo transformador de 41,5 MVA.

Além de obras em linhas e subestações, também foram efetuadas obras de extensão e reforço nos alimentadores, contribuindo em conjunto para elevar o nível de qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica ao crescente mercado do Estado.

Melhoramento de Redes

Os principais investimentos em melhoramento de linhas, subestações e redes de distribuição (138, 69, 34,5 e 15kV) totalizaram R\$ 62,5 milhões e se constituíram principalmente de substituição de equipamentos (religadores, disjuntores, transformadores de distribuição e força, chaves seccionadoras, seccionalizadores, pára-raios, TCs, TPs e reguladores de tensão), "bays" de subestações, estruturas de madeira e isoladores, além do recondutoramento de redes (MT e BT) em final de vida útil e reposição de neutro, representando modernização e o restabelecimento de condições de fornecimento de energia elétrica.

Também, em virtude de áreas com presença de árvores, ou animais, ou riscos para os clientes, foram substituídos trechos de rede de média e baixa tensão para rede protegida e isolada, garantindo maior preservação do meio ambiente e maior segurança.

Foram realizadas reformas dos transformadores da Subestação Carapina garantindo o suprimento de energia e também melhorias no 2º transformador móvel, objetivando diminuir o tempo de atendimento em casos de emergência em subestações.

Adicionalmente, destaca-se o investimento em adequação de medição e rede para inibição de furto de energia. Este projeto consiste na modificação do sistema de medição de faturamento, externalizando os medidores de energia elétrica instalados, com rede protegida, dificultando fraudes e ligações clandestinas.

Universalização

Foram investidos na Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica R\$ 36,7 milhões, sendo R\$ 36,0 milhões destinados ao Programa Luz para Todos para ligação de 5.015 consumidores.

Tecnologia de Informação

Os investimentos objetivam a unificação de sistemas com as demais empresas do Grupo, permitindo compartilhar custos de desenvolvimento, redução de custos e melhoria na qualidade do serviço prestado. Foi realizado "upgrade" do SAP para sistemas dos processos de finanças, controle, manutenção de equipamentos, suprimentos, projetos e recursos humanos; no Geoprocessamento que deu uma solução única aos processos técnicos na alta, média e baixa tensão; no sistema da área comercial do SAP e na implantação da rede convergente de alta capacidade (Rede BEE) entre as empresas do Grupo Energias do Brasil.

Automação e Telecomunicação

Foi implantado o projeto Opera Energias, conjunto de sistemas para permitir uma operação eficaz e segura do sistema elétrico da Escelsa. Destacam-se entre as diversas ações para a implantação, a padronização de dados, símbolos, telas e a integração do sistema SCADA com as demais distribuidoras do Grupo Energias do Brasil, possibilitando a utilização de inteligência artificial, projeto a ser desenvolvido nos anos de 2008 e 2009, e a implantação de site de contingência, dentro do conceito de "disaster recovery system".

Outros componentes importantes do Opera Energias são o SDM - Sistema de Despacho Móvel (envio de ordens de serviço a viaturas de forma digital) e o SIT Raios, que permite o monitoramento e visualização em tempo real de descargas atmosféricas na rede elétrica e o PLATOE, Plataforma de Operação e Engenharia que faz a interface e processamento avançado dos Religadores Automáticos da Rede de MT (61 equipamentos), ao Sistema SCADA, permitindo que todos esses equipamentos sejam telessupervisionados e telecomandados via comunicação celular (1XRTT).

INDICADORES DE PERFORMANCE

Em 2007 foi registrada uma redução nos indicadores de desempenho da qualidade do serviço, em função, principalmente, da ocorrência de um blecaute com origem no Sistema Interligado Nacional, o qual teve abrangência em toda a área de concessão da Escelsa. Adicionalmente, o ano de 2007 foi também caracterizado por condições climáticas mais severas, comparativamente ao ano anterior. Os indicadores de DEC e FEC realizados em 2007 apresentaram-se melhores que os padrões estabelecidos pela Aneel para cada conjunto e para o valor global na Escelsa, que são, respectivamente, 12,75 horas e 10,58 interrupções.

Em relação ao Tempo Médio de Atendimento (TMA), em função da maior adversidade climática observada em 2007 e também dos impactos da migração do sistema de atendimento da operação, passou de 119 minutos, em 2006, para 156 minutos registrados no ano de 2007.

A tabela abaixo ilustra a evolução dos indicadores de desempenho da Escelsa ao longo dos últimos anos.

Indicador	Medidas	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DEC	horas	14,51	10,73	11,48	11,83	8,3	11,52
FEC	vezes	10,95	8,8	9,68	8,66	6,34	7,65
TMA	minutos	112	118	148	139	119	156
Perdas Totais	%	11,3	12,2	13,0	13,3	13,1	13,8

DEC - Duração equivalente de interrupções por cliente (horas - médio cliente/ano)

FEC - Frequência equivalente de interrupções por cliente (interrupções - média cliente/ano)

TMA - Tempo Médio de Atendimento (em minutos)

Dentre os fatos relevantes associados aos indicadores de performance da Escelsa em 2007 pode-se citar a migração do antigo sistema SOD, de gerenciamento dos atendimentos realizados pela Operação, para o Sistema de Informações Técnicas - SIT, assim como a certificação ISO 9001:2000 obtida para as atividades de coleta e apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais da Escelsa. Complementarmente, o certificador Bureau Veritas, recomendou a acreditação dos mesmos processos aos organismos INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e ao ANAB (ANSI-ASQ National Accreditation Board).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A **Receita Operacional Líquida** apresentou um crescimento de 11,2% em 2007 em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 1.230 milhões. O aumento verificado de R\$ 124 milhões é proveniente do resultado líquido do crescimento de R\$ 149 milhões da receita de venda de energia e uso das instalações, compensado pela redução de R\$ 25 milhões no valor líquido das outras receitas e deduções.

Em 2007, a receita de Uso do Sistema de Distribuição totalizou R\$ 999 milhões, onde R\$ 238 milhões refletem o faturamento de clientes no regime de contratação livre e R\$ 761 milhões correspondem a receita de uso das instalações, incluída no faturamento dos clientes cativos.

	2007	2006	R\$ Mil Var. %
Receita Operacional Bruta	2.050.367	1.861.548	10,1%
(-) Deduções à Receita Operacional	820.831	755.873	8,6%
(=) Receita Operacional Líquida	1.229.536	1.105.675	11,2%
(-) Despesas Operacionais:	1.046.858	902.528	16,0%
Gerenciáveis	319.714	291.427	9,7%
Pessoal e Adm./Entidades de Previdência Privada	90.968	103.682	-12,3%
Material	14.217	10.724	32,6%
Serviços de Terceiros	98.789	75.933	30,1%
Depreciação e Amortização	71.343	70.775	0,8%
Provisão p/ Créd. Líq. Duvidosa/Perdas Líquidas	7.341	9.086	-19,2%
Provisões para Contingências	14.988	3.241	362,4%
Aluguéis e Arrendamentos	1.249	1.387	-9,9%
Outras	20.819	16.599	25,4%
Não Gerenciáveis	727.144	611.101	19,0%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	569.121	450.067	26,5%
Encargo de Uso do Sist. de Transm. e Distribuição	154.594	158.051	-2,2%
Taxa de Fiscalização e Compensação Financeira	3.429	2.983	15,0%
(=) Resultado do Serviço	182.678	203.147	-10,1%
Margem do EBIT - %	14,9%	18,4%	-3,5 p.p.
EBITDA	254.021	273.922	-7,3%
Margem do EBITDA %	20,7%	24,8%	-4,1 p.p.

Os **Gastos Operacionais** totalizaram R\$ 1.047 milhões em 2007, superiores em 16,0% aos verificados no ano anterior.

Os gastos operacionais gerenciáveis, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, cresceram R\$ 28 milhões, correspondente a um incremento de 9,7% em 2007, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A redução verificada de R\$ 13 milhões na rubrica de Pessoal deve-se, principalmente, a um incremento, a provisão efetuada em 2006 e às economias verificadas em 2007 com o "Programa de Demissão Voluntária - PDV" do Grupo EDP - Energias do Brasil.

A rubrica Serviços de Terceiros apresentou crescimento de R\$ 23 milhões em 2007 em relação ao ano anterior pela elevação, principalmente, dos custos vinculados a modernização dos sistemas de informática e ao atendimento ao consumidor.

Em 2007, foram elevadas em R\$ 12 milhões as provisões para contingências da Companhia, em relação ao ano anterior.

Os gastos operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA. Os custos não gerenciáveis cresceram R\$116 milhões, equivalente a 19,0% ao verificado no ano anterior.

O **Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT)** totalizou R\$ 183 milhões em 2007, inferior em 10,1% ao obtido no ano anterior. Este desempenho resultou em uma redução da margem do EBIT de 18,4% em 2006 para 14,9% em 2007. O **EBITDA** do período foi de R\$ 254 milhões, inferior em 7,3% ao obtido no ano anterior, resultando na redução da margem do EBITDA de 24,8% em 2006 para 20,7% em 2007.

O **Resultado Financeiro** em 2007 apresentou uma despesa líquida de R\$ 72 milhões, com uma elevação de R\$ 7 milhões em relação ao obtido no ano anterior. Esta elevação deve-se ao registro, em 2006, de reversão de provisões e atualização monetária de depósitos judiciais referentes a ação judicial de contestação da alteração da base de cálculo do COFINS, em função de decisão favorável da justiça, com impacto positivo no resultado financeiro de 2006 de R\$ 33 milhões.

Em 2007, a Escelsa apresentou um **Lucro Líquido** de R\$119 milhões, inferior em 15,1% ao registrado no ano anterior.

Endividamento

	Unidade	Dez/07	Dez/06	Var. %
Curto Prazo	R\$ mil	16.116	394.109	-95,9%
Longo Prazo	R\$ mil	612.839	313.406	95,5%
Dívida Bancária (*)	R\$ mil	628.955	707.515	-11,1%
(-) Disponibilidades	R\$ mil	(137.744)	(161.810)	-14,9%
(=) Dívida Bancária Líquida	R\$ mil	491.211	545.705	-10,0%
(-) Ativo Regulatório Líquido	R\$ mil	(165.157)	(228.894)	-27,8%
(=) Dívida Líquida	R\$ mil	326.054	316.811	2,9%

(*) Inclui empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos financeiros e operações de "Swap"

Em 31 de dezembro de 2007, a Escelsa apresentou uma dívida líquida de R\$ 326 milhões, que representa uma elevação de 2,9% em relação ao verificado em 31 de dezembro de 2006.

A dívida bancária bruta da Escelsa em 31 de dezembro de 2007 era constituída integralmente em moeda nacional, com 97,4% do saldo vencível a longo prazo e composta por R\$ 516 milhões de debêntures, R\$ 42 milhões de células de crédito bancário, R\$ 13 milhões de financiamentos junto ao BNDES e R\$ 58 milhões de financiamentos junto à Eletrobrás.

Em junho de 2007 a Escelsa captou R\$ 250 milhões de debêntures simples, com vencimento para julho de 2014.

Em 31 de dezembro de 2007 a dívida líquida representou 1,3 vez o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (1,2 vez em 2006).

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos em Pesquisa e Desenvolvimento têm sido orientados para o objetivo de oferecer o suprimento de energia elétrica com qualidade, confiabilidade, segurança, facilidade de acesso e a preços compatíveis com esses quesitos.

Em 2007, o total aplicado em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 3,0 milhões.

Destacamos a seguir os projetos do ciclo 2005/2006: Ajuste no Cálculo de Perdas Técnicas a partir de Estimativa de Perdas Comerciais; Análise e Implementação de Filtros Harmônicos Passivos Sintonizados em Alimentadores de Distribuição; Compatibilidade Eletromagnética do Ambiente de Sistemas de Telecomunicação em Subestações de Energia - 1º ciclo; Controle de Nível e Desequilíbrio de Tensões em Redes Secundárias de Distribuição Através de Compensador Estático de Reativos - 1º ciclo; Curva QV e Índice HHI para análise de colapso de tensão e monopólio de potência reativa; Desenvolvimento de um Protótipo de Equipamento de Avaliação do Estado Interno de Postes de Madeira; Desenvolvimento e Implementação de um Sistema de Monitoramento da qualidade da Energia Elétrica em Tempo Real - 1º ciclo; Extensão de ambiente de detecção de perdas comerciais através de análise de características temporais das curvas de consumo e das curvas típicas de grupos de consumidores na Escelsa; Inspeção de Medidores de kWh em Operação - 1º ciclo; Metodologia e sistema para determinação analítica e geográfica da evolução de mercado consumidor considerando incertezas - 1º ciclo; Modelagem de Portfólios de Investimentos em Distribuição através da Teoria das Opções Reais; Processamento Inteligente de Alarmes - 1º ciclo; Simulador para Avaliação de Perturbações Provocadas por Cargas Especiais em Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - 1º ciclo; Sistema de supervisão remoto de reguladores de tensão - 1º ciclo; Padrão de Perdas Técnicas Regulatórias em Distribuição de Energia Elétrica.

Eficiência Energética

As atividades de eficiência energética implementadas pela Escelsa em 2007, caracterizaram-se pela realização de quatro projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética, aprovados pela Aneel para os ciclos 2005/2006 e 2006/2007. Entre esses projetos, destaca-se o "Atendimento à Comunidade de Baixa Renda", que visou aumentar a eficiência energética em Unidades Consumidoras de setenta e seis bairros-alvo da Grande Vitória, promovendo, em parceria com a comunidade carente, ações de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, instalação de 89.840 lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO de desempenho, em substituição às incandescentes e troca de 4.900 geladeiras ineficientes por outras com selo PROCEL de economia classificação A. Este projeto tem contribuído para a redução de unidades consumidoras com ligações clandestinas ou desvio de energia elétrica. Visando efetuar a destinação adequada dos materiais potencialmente nocivos ao meio ambiente, em especial o gás CFC existente nas geladeiras recolhidas que se encontravam em péssimas condições de conservação, inviabilizando a recuperação ou reuso, foi contratada empresa especializada, para descarte dos materiais nocivos e reciclagem dos demais materiais.

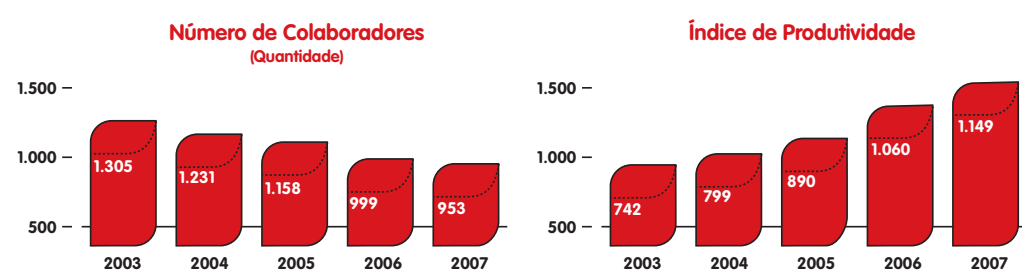
GESTÃO DE PESSOAS

Em 2005 foi implantado um novo modelo de gestão para as empresas do Grupo Energias do Brasil, incluindo reestruturação societária e organizacional. Dentro desse novo contexto, foram redesenhados processos, iniciada a unificação de sistemas e de padronização de normas e procedimentos, o que levou à necessidade de adequação de seu quadro de colaboradores, tanto nos aspectos qualitativos como quantitativos.

Nesse âmbito, foi lançado pelas empresas do Grupo um Programa de Demissão Voluntária - PDV, em maio de 2006, com conclusão em dezembro de 2007, apresentando uma postura inovadora de planejar a data de desligamento, acordada entre o colaborador e o seu superior imediato, considerando a necessidade de transmissão de conhecimentos e responsabilidade social com uma adequada preparação do colaborador para a nova fase de sua vida, através de profissionais capacitados e a extensão de benefícios por um período posterior ao desligamento.

O quadro de pessoal próprio da Escelsa, ao final de 2007, era de 953 colaboradores, 4,6% inferior ao de 2006. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.149, contra 1.060 em 2006, apresentando uma evolução de 8,4%.

Os colaboradores estão distribuídos geograficamente da seguinte forma: 156 na região norte, 634 no centro e 138 na região sul. Quanto à escolaridade dos colaboradores, 56 possuem até o ensino fundamental, 547 têm o ensino médio, 278 são graduados no ensino superior e 72 têm formação com pós-graduação e mestrado.



Programa de Benefícios

A Escelsa dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência privada, assistência médica e odontológica, participação no resultado, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, com reembolso de 80% do gasto para os casos de doenças crônicas e 20% das demais medicações, auxílio creche, auxílio babá, incentivo à educação de graduação em ensino superior e pós-graduação.

Também são alvo do Programa, ex-colaboradores aposentados, que recebem da Escelsa contribuição mensal de R\$ 228,80 para a manutenção de despesas com saúde.

Capacitação e desenvolvimento

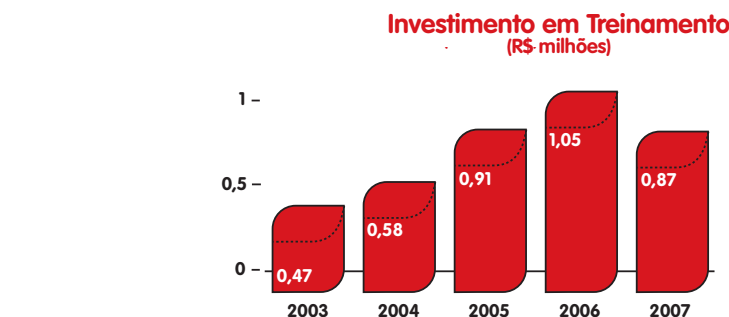
O plano de capacitação e desenvolvimento da Escelsa está segmentado nos seguintes programas:

- de treinamento funcional em que é disponibilizado um portfólio de cursos para as diversas áreas de conhecimento da Companhia, com o objetivo de suprir as necessidades de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores detectadas nas avaliações de desempenho e novas demandas;
- de desenvolvimento gerencial para as lideranças, onde, a partir da identificação do perfil de cada líder, busca-se desenvolvê-las, visando alinhá-las às competências requeridas pela Organização. Os programas são desenvolvidos em parcerias com instituições de capacidade reconhecida internacionalmente; e
- de Incentivo à educação formal individual, através da concessão de bolsas de estudos, conciliando as necessidades dos colaboradores e da Escelsa, em cursos reconhecidos pelas autoridades de educação, técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação.

Em 2007 foram realizados 329 eventos de treinamento na Escelsa que contaram com 3.969 participantes, representando 68.783 horas de treinamento, equivalente a 72,17 horas de treinamento por colaborador.

A Escelsa também atuou na formação de mão-de-obra na comunidade com a realização do curso COMAN - Formação de Eletricistas em Construção e Manutenção de Redes de Distribuição, com o objetivo de capacitar 30 pessoas recrutadas na área de concessão da Escelsa, para execução de trabalhos de construção e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica dentro de Procedimentos Operacionais Padrão da Escelsa, da Norma Regulamentadora de Segurança do Trabalho - NR10, assegurando a qualidade na execução dos serviços. Essa mão-de-obra capacitada pode ser contratada pela Escelsa, seus parceiros e pelo mercado.

Treinamentos foram ministrados aos parceiros contratados nas áreas de construção, manutenção, operação e comercialização de energia elétrica, formação de eletricistas de rede de distribuição, operação de cesta aérea, operação de motosserra, leitura e entrega de contas, desligamentos e religações e reciclagem de encarregados de turma de eletricistas. Este treinamento de reciclagem de encarregados capacitou 47 profissionais em liderança, comunicação e trabalho em equipe, visando a execução de trabalhos de intervenção nas redes de distribuição de energia elétrica dentro de Procedimentos Operacionais Padrão da Escelsa, da Norma Regulamentadora de Segurança do Trabalho - NR10, de forma a assegurar a segurança no trabalho e qualidade na execução dos serviços.



Atração e Seleção de Pessoas

As admissões de 47 colaboradores foram 75% por seleção interna, estagiários e bolsistas do curso Eletricista COMAN e 25% foram por seleção externa. No quadro de estagiários foram realizadas em 2007, 58 admissões, sendo que 74% por aproveitamento de Menores Aprendizizes e 26% foi por recrutamento externo.

Segurança e Saúde no Trabalho

A Escelsa, como as demais empresas do Grupo deu início em 2007 à implantação do Sistema de Gestão Integrada - SGI, que trará um ganho enorme nas questões de Segurança e Saúde Ocupacional, onde o sistema reforçará o compromisso de proteção da sua força de trabalho, clientes, consumidores e meio ambiente. Este sistema permitirá a unificação e a padronização de processos, de acordo com as especificações reconhecidas internacionalmente, o que possibilitará a certificação da Companhia nas normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

A Escelsa possui um Sistema de Gestão de Segurança que atua na prevenção de acidentes, aplicando a filosofia de antecipação de riscos e construção de parcerias com os gestores da Companhia e contratados, dando ênfase à capacitação e ao desenvolvimento de ações preventivas que possibilitem a conscientização da importância de medidas preventivas de todos os que executam atividades direta ou indiretamente no SEP - Sistema Elétrico de Potência da Escelsa.

O Sistema de Gestão de Segurança é dividido em três programas interfuncionais:

PSE - Programa de Segurança para o Colaborador da Escelsa;

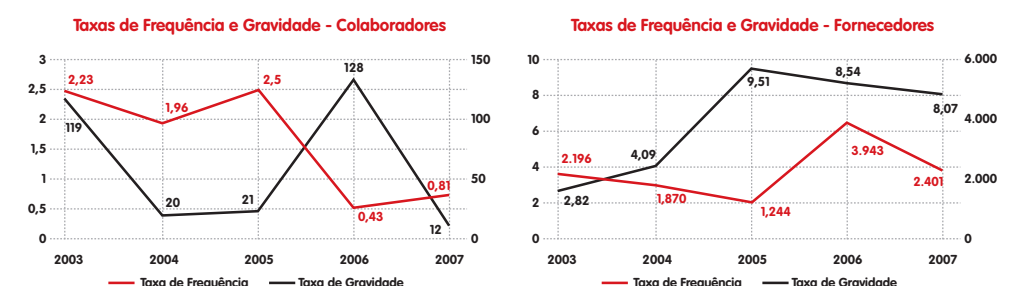
PSP - Programa de Segurança do Trabalho para Prestadoras de Serviços;

PSC - Prestadora de Serviços para a Comunidade.

O objetivo principal do Programa de Segurança da Escelsa é identificar métodos e meios para evitar e reduzir riscos de acidentes, preservando a saúde dos colaboradores e de trabalhadores das prestadoras de serviços, sendo realizados treinamentos em atualizações da legislação, procedimentos operacionais padrão, análise de risco, primeiros-socorros e uso correto dos equipamentos de proteção individuais e coletivos. Foram realizadas 93 palestras para 30 prestadoras de serviços, com 310 participantes, 1.395 inspeções, para fiscalizar o cumprimento da legislação de Segurança e Medicina do Trabalho e de cláusulas contratuais pertinentes ao mesmo tema.

A Escelsa continuou o treinamento da NR10, com um programa de treinamento único para colaboradores próprios e de empresas contratadas, permitindo que 162 colaboradores próprios e 1.099 das contratadas fossem treinados para adequação à norma.

No ano de 2007, a Escelsa registrou uma taxa de frequência de acidentes de 0,81 contra 0,43 no ano de 2006. A taxa de gravidade foi de 12 contra 128 no ano de 2006. No setor elétrico nacional, a média para a taxa de frequência de acidentes é 4,20 e para taxa de gravidade de acidentes é de 719.



Em maio de 2007 o Grupo Energias do Brasil iniciou o processo de implantação do Sistema de Gestão Integrada e Sustentabilidade dando início à padronização de todos os procedimentos operacionais de Segurança e Medicina do Trabalho e do desenvolvimento do Sistema Nexco que gerará as informações de controle da Medicina e Segurança do Trabalho.

Medicina preventiva

No Programa de Medicina Preventiva da Companhia foi implantado em 2004 o programa nutricional que consiste em atendimentos de uma nutricionista para acompanhamento dos colaboradores com taxas metabólicas alteradas, criando uma dieta personalizada e dar orientações de alimentação correta. Desde o início do programa foram realizados 217 atendimentos nutricionais. Em 2007, 90 colaboradores foram acompanhados.

A vacinação contra a gripe é realizada desde 1999 e em 2007 foi realizada pela primeira vez na SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho), uma campanha preventiva contra tétano, tripla e hepatitis B.

Foi criado em 2004 o programa saúde das mulheres para as colaboradoras e esposas de colaboradores com intuito de proporcionar um espaço onde as mulheres abordam temas relacionados ao universo feminino. Em 2007 foi realizado pela primeira vez nas regiões Sul e Norte do Estado, além da regional Centro, com continuidade na oficina pintura com a temática do Natal, onde se confeccionaram objetos natalinos, com a participação de 59 colaboradoras e 16 dependentes. Também se realizaram oficinas de trabalhos manuais como: pintura, biscuit, enfeites de natal e colcha de retalhos.

Qualidade de Vida dos Colaboradores e Família

Foi criado em 2000 o *coral formado por colaboradores*, com intuito de proporcionar um momento de lazer cultural e uma melhor qualidade de vida, realizando programação interna e externa para atender demanda das comunidades.

O *programa Colônia de férias* objetiva estreitar os laços da família dos colaboradores com a Escelsa e foi criado em 1997, com atividades educativas, recreativas e ambientais aos filhos dos colaboradores na faixa etária de 5 a 13 anos. Em 2007, comemorou-se 10 anos de colônia de Férias, com a participação de 177 crianças e adolescentes.

O *programa de remanejamento e readaptação funcional*, de grande alcance social, foi criado em 2004 com o objetivo de remanejar e readaptar colaboradores que retornaram do INSS pelo auxílio doença ou acidente de trabalho com restrições de atividades, com acompanhamento por uma equipe multidisciplinar de médico do trabalho, engenheiro de segurança e assistente social. São realizadas visitas aos locais de trabalho, acompanhamento mensal junto ao colaborador e quando necessário são encaminhados para especialista para um melhor acompanhamento do remanejamento. Em 2007, 19 colaboradores participaram do Programa.

SERVIÇOS GERAIS

Em 2007 foi implantado o **Sistema Direção Inteligente** em toda frota de veículos da Escelsa. Este sistema consiste no monitoramento do perfil de condução através de equipamentos embarcados no veículo. Os motoristas recebem relatórios detalhados de seu desempenho ao volante, podendo participar de ações de treinamento, melhorando os índices de consumo de combustível e reduzindo os gastos com manutenção. No escopo deste Sistema, ainda foi realizada a aferição do nível de emissões de poluentes de toda a frota de veículos, alinhando para os níveis definidos por regulamentações do INMETRO e CONAMA.

Houve renovação da frota, bem como adequação de tipos de veículos em função de necessidades devido a acidentes geográficos na área de concessão. Os veículos e equipamentos foram tipificados, adequando-os às necessidades operacionais, de forma a obter otimização dos fatores técnicos operacionais, aumentado a produtividade e priorizando a qualidade dos serviços e melhoria das condições de trabalho dos colaboradores. No ano de 2007 foram substituídos 43 veículos, sendo 95% destinados às atividades de distribuição.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

A Escelsa e as empresas do Grupo Energias do Brasil estabeleceram que um dos focos para o atingimento de sua visão é a sustentabilidade e que para o alcance de sua missão exercerá suas atividades com responsabilidade social corporativa, além do estabelecimento de valores, políticas e princípios de desenvolvimento sustentável.

A Escelsa tem desenvolvido suas atividades observando todos esses preceitos e com o olhar voltado para todas as partes interessadas e buscando integrar-se ao meio onde está inserida.

Responsabilidade Social

A Escelsa desenvolve diversas ações apoiando ou desenvolvendo projetos de cunho sociais, culturais e de educação. Desde 1999 a Escelsa desenvolve programas de inclusão social de menores oriundos de famílias carentes, tendo em seu quadro de pessoal ao final de 2007, 49 menores aprendizes. O programa qualifica adolescentes na aprendizagem das atividades de auxílio administrativo, utilizando recursos tecnológicos, humanos e técnicas de treinamento. A Escelsa também oferece oportunidades de estágio para alunos de cursos técnicos de nível médio e para alunos de cursos superiores e, ao final de 2007, tinha 57 estagiários.

Ainda na área de inclusão social destacam-se a parceria, desde 1998, com a Aces - Ação Comunitária do Espírito Santo, com uma oficina de iniciação profissional de instalações elétricas, residencial e predial para jovens de comunidades carentes, tendo sido formados, nesses 10 anos, 953 alunos, 49 dos quais em 2007. Outro projeto da Aces que recebe apoio da Escelsa é o programa Pequenos Talentos, que coloca crianças e adolescentes carentes em contato com o balé clássico e contemporâneo, possibilitando até sua profissionalização. Em 2007, o projeto beneficiou cerca de 300 alunos.

Através de sua política de investimentos sociais externos, a Escelsa fez pela primeira vez uma convocação pública para a inscrição de projetos sociais de organizações da sociedade civil e entidades sem fins lucrativos. A avaliação e a seleção dos projetos foram feitas por um Comitê formado por pessoas externas à Companhia, com a seleção de quatro projetos: i) Acacci - Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil - através de seu projeto, a criança doente, que se desloca do interior para a capital, durante sua internação ou tratamento, tem o acompanhamento de um familiar. Os atendimentos aos pacientes atingiram 1.620; ii) Alfabetização Solidária - alfabetização de 819 crianças, jovens e adultos nos municípios de Bom Jesus, Sooretama e Alegre; iii) Apae de Afonso Cláudio - inclusão de Portadores de Necessidades Especiais, jovens e adultos, nas escolas públicas do município; e iv) Rede Jovem - inclusão digital para 80 jovens do município de Vitória, através de treinamento em informática.

Nesses quatro projetos, foram investidos R\$ 378 mil e seus desenvolvimentos acompanhados e verificados pela Comunidade, uma ONG que presta consultoria na área de investimentos sociais externos - com elaboração de relatórios trimestrais sobre o andamento dos projetos.

Outras ações de alcance social patrocinadas pela Escelsa estão relacionadas à atividade-fim e integram as áreas comercial, de comunicação, responsabilidade social e meio ambiente. Merece destaque o programa de eficiência energética com a doação de lâmpadas e geladeiras eficientes, com o objetivo de reduzir o consumo de clientes e o valor da conta de clientes baixa renda, dando-lhes condições de pagar a conta e tirando-os muitas vezes da clandestinidade.

A Escelsa patrocinou diversos programas culturais por acreditar que a cultura contribui para o crescimento social das pessoas e trouxe para Vitória quatro peças teatrais para a comunidade e também proporcionou que colaboradores as assistissem, através de sorteio de ingressos.

Com a finalidade de estimular a leitura e incentivar a arte e a educação em escolas e comunidades, a Escelsa, em parceria com a Fundação Victor Civita, trouxe para o Espírito Santo, a partir de março, o projeto Letras de Luz, em 10 municípios capixabas. Ele se constitui de oficinas de leitura, com participação de professores e pessoas da comunidade, que atuam como multiplicadores em escolas e junto aos moradores. Há ainda apresentações teatrais sobre os textos lidos, em escolas e comunidades; doações de livros literários às bibliotecas públicas municipais e ações culturais como círculos de leitura e saraus. Foram realizadas 16 oficinas com 322 participantes (multiplicadores) e aconteceram também 36 apresentações teatrais para um público de 7 mil pessoas. Houve também doação de 3.300 livros para as bibliotecas das escolas participantes do projeto.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Escelsa participa do Movimento empresarial Espírito Santo em Ação, uma importante ONG que reúne representantes de grandes empresas do Estado em torno de estudos e projetos voltados para a infra-estrutura estadual nos aspectos de segurança, meio ambiente, desenvolvimento social, econômico, etc.

A Escelsa destinou recursos da Lei Rouanet, para a restauração da ponte Florentino Avidos, um patrimônio histórico de Vitória, e via de transporte, que une os municípios de Vitória e Vila Velha.

Ao final de 2007, a Escelsa destinou recursos para o Fundo da Infância e Adolescência, no valor de R\$ 223 mil, que vai proporcionar, em 2008, a realização de cinco projetos de ressocialização de adolescentes, educação, atividades culturais e esportivas, acompanhamento materno a bebês de baixo peso em UTIN e balé para crianças e adolescentes de famílias carentes de Vitória.

Criado em 2003, o programa chamado Criança Feliz comemora o dia da criança com instituições sociais que cuidam de crianças carentes, com a prática do trabalho voluntário entre os colaboradores da Escelsa. Em 2007, o programa foi realizado em parceria com as instituições: Orfanato Cristo Rei (Grande Vitória), CEIN - Aristides Pinto Caldeira, CEIN - Pica Pau Amarelo e CEIN - Amigos do Saber (Norte do Estado), com a participação de 310 crianças e 135 recreadores voluntários.

Pelo oitavo ano consecutivo, a Escelsa recebeu o título de empresa Amiga da Criança, concedido pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. A Escelsa conquistou a certificação por suas ações desenvolvidas em prol de menores e adolescentes e por cumprir os 10 passos estabelecidos pela Fundação Abrinq.

Foi realizado pela primeira vez, no ano de 2007, o programa chamado Informática Solidária, em parceria com o SENAC, o Curso de Informática Básica para adolescentes da comunidade do entorno da Escelsa. Foram contemplados 24 adolescentes das instituições: Lar Batista de Laranjeiras, Casa do Amparo de Vila Nova de Colares e Lar Semente do Amor.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Meio Ambiente e Sustentabilidade

Em alinhamento com os Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Energias do Brasil que estabelece, dentre outros princípios, a proteção ao meio ambiente, a Escelsa promove ações de conscientização ambiental em feiras e eventos. O atendimento à legislação ambiental e os cuidados com o meio ambiente são evidenciados pela manutenção, pelo segundo ano consecutivo da Energias do Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE Bovespa e por meio dos programas e ações abaixo:

Licenciamento Ambiental

A Escelsa cumpriu todas as fases do licenciamento ambiental para os novos empreendimentos - Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação ou Licença Simplificada - a partir da elaboração dos Relatórios de Controle Ambiental (RCA) ou correspondente, adequados a cada caso e às exigências dos órgãos ambientais, sendo licenciados doze empreendimentos: cinco linhas de distribuição, seis subestações e uma torre de rádio frequência, das quais seis são de novos empreendimentos. A Companhia efetua rigoroso acompanhamento do atendimento das condicionantes das licenças ambientais e controle de informações pertinentes, visando cumprir adequadamente as exigências estabelecidas pelos órgãos licenciadores.

Gestão de Resíduos

Os resíduos de equipamentos, componentes e materiais utilizados na distribuição de energia elétrica, são reaproveitados ou reciclados por meio de empresas parceiras que adquirem estes materiais.

Uma prática contínua é a revitalização de equipamentos, como disjuntores e transformadores de distribuição e força, que têm como meio isolante o óleo mineral, evitando-se o conseqüente descarte do próprio equipamento e do óleo isolante nele contido. As revitalizações destes equipamentos e a regeneração do óleo isolante são realizadas por empresas especializadas nestes serviços. A Escelsa possui laboratório próprio para monitoramento das propriedades físico-químicas do óleo isolante utilizado em seus equipamentos.

A fim de preservar os transformadores, evitar manuseio e processos que impliquem em necessidade de descarte de óleo, a Escelsa iniciou em 2005 a instalação de filtros de óleo (diálise) em transformadores de força de subestações. Desde 2005 já foram instalados 36 filtros, sendo 25 em 2007.

A Companhia revitalizou o programa de coleta seletiva e, visando motivar e envolver os colaboradores no programa e vinculá-los a programas sociais, criou o Projeto Sócio Ambiental RECICLEVIDA. Com essa visão, foi assinado convênio com a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Município da Serra e destinado todo o material originário da coleta seletiva de recicláveis para a Associação. Para facilitar a coleta todos os recipientes destinados ao programa foram recuperados ou adquiridos e sinalizados. Para coletas nas salas, foram distribuídas embalagens, feitas com materiais reciclados. No restaurante, lanchonete e nas portarias, foram instalados coletores e amassadores de lata de bebidas para que o colaborador, após o consumo, tanto nesses locais como em suas residências, pudessem dar destinação adequada aos materiais. Após implantação foram recolhidas mais de 29 toneladas de materiais recicláveis, destinados ao programa: papel, papelão, revistas, jornais, copos descartáveis e latas de alumínio.

Construções verdes

Dando continuidade ao Programa de Adequações Prediais que tem como objetivos proporcionar maior conforto aos colaboradores e economia de energia, foram efetuadas adequações em 19 prédios da Companhia em todo o Estado, sendo 4 em 2007. As adequações feitas dotaram os prédios de forros e janelas com isolamento termo-acústico, aparelhos de ar refrigerado tipo “split” com selo PROCEL A e sistema de iluminação com conjunto de lâmpadas, reatores e luminárias eficientes.

Na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, foi construído na sede regional da Escelsa Sistema de Captação de Águas de Chuva. Este Projeto, denominado Águas de Março, permite a captação e armazenamento de até 40.000 litros de água.

Biodiversidade e paisagem

Convênio de Cooperação Técnica firmado em 2004 entre a Escelsa e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF, disciplina a poda de árvores e limpeza em faixas de servidão na manutenção e construção de linhas e redes de distribuição de energia elétrica. Em 2007 foram efetuados 7 pedidos de supressão de vegetação, sendo todos aprovados pelo Instituto.

Proteção do solo e das águas superficiais e subterrâneas

Com a finalidade de minimizar danos no solo e nas águas superficiais e subterrâneas, todas as novas subestações são dotadas de sistemas de drenagem de óleo - bacias de captação e caixas separadoras água/óleo.

Cuidados especiais são tomados em relação aos transformadores, que necessitam de processo específico de armazenagem e controle, tendo sido construídos em 2007 três bacias de contenção de óleo, visando evitar que eventuais vazamentos de óleo mineral em transformadores armazenados causem contaminação do solo ou de águas superficiais e subterrâneas.

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2007

1 - Base de Cálculo	2007 Valor (Mil reais)			2006 Valor (Mil reais)		
Receita Líquida (RL)	1.229.536			1.105.675		
Resultado Operacional (RO)	111.033			138.440		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	111.212			119.161		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.010	6,30%	0,57%	5.083	4,27%	0,46%
Encargos Sociais Compulsórios	36.532	32,85%	2,97%	31.560	26,49%	2,85%
Previdência Privada	3.716	3,34%	0,30%	3.205	2,69%	0,29%
Saúde	9.072	8,16%	0,74%	5.709	4,79%	0,52%
Segurança e Saúde no Trabalho	3	0,00%	0,00%	2	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento						
Profissional	888	0,80%	0,07%	1.531	1,28%	0,14%
Creches ou Auxílio-Creche	118	0,11%	0,01%	73	0,06%	0,01%
Participação nos Lucros ou Resultados	3.995	3,59%	0,32%	4.404	3,70%	0,40%
Programa de Desligamento						
Voluntário - PDV	716	0,64%	0,06%	1.488	1,25%	0,13%
Programa de Desligamento						
Voluntário - PDV	1.331	1,20%	0,11%	66.050	55,43%	5,97%
Outros	63.381	56,99%	5,15%	119.105	99,95%	10,77%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	658	0,59%	0,05%	223	0,16%	0,02%
Cultura	454	0,41%	0,04%	639	0,46%	0,06%
Saúde e Saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	11	0,01%	0,00%	8	0,01%	0,00%
Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	757	0,68%	0,06%	151	0,11%	0,01%
Total das Contribuições para a Sociedade	1.879	1,69%	0,15%	1.021	0,74%	0,09%
Tributos (excluídos Encargos Sociais)	868.964	782,62%	70,67%	777.683	561,75%	70,34%
Total - Indicadores Sociais Externos	870.843	784,31%	70,83%	778.704	562,48%	70,43%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da empresa	4.361	3,93%	0,35%	8.037	5,81%	0,73%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	4.361	3,93%	0,35%	8.037	5,81%	0,73%
Quanto ao Estabelecimento de “Metas Anuais” para						
Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas
	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2007		2006			
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	953		999			
Nº de Admissões Durante o Período	49		26			
Nº de Empregados(as) Terceirizados(as)	2.309		2.062			
Nº de Estagiários(as)	59		99			
Nº de Empregados(as) Acima de 45 Anos	349		408			
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	213		224			
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	9,00%		7,50%			
Nº de Negros(as) que Trabalham na Companhia **	213		27			
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	3,00%		0,00%			
Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais	46		49			

Educação Ambiental

Foi realizado em 2007 um conjunto de ações internas e externas de educação ambiental, conforme a seguir:

Ações Internas:

a) Participação na X Colônia de Férias com incentivo a atividades ambientais como programa de educação ambiental no Parque Botânico de Tubarão para os filhos dos colaboradores; b) Distribuição de mini manual de consumo racional da água, veiculação de animação na rede interna da Companhia para os colaboradores e exposição de banner’s no Centro Operativo de Carapina (COC) em comemoração ao Dia Mundial da Água; c) Lançamento da Campanha interna de Coleta Seletiva para coleta de materiais reaproveitáveis, no Centro Operativo de Carapina; d) Comemoração da Semana Nacional do Meio Ambiente, com veiculação de animação na intranet, além de mostra do vídeo “Uma verdade Inconveniente” em 4 sessões para os colaboradores.

Ações Externas:

a) Participação na I Feira Ambiental de Cariacica com orientações sobre consumo racional de energia e distribuição de brindes; b) Participação na I Feira Internacional-Negócios e Tecnologias Limpas - FIETEC com projetos ambientais relacionados à preservação da fauna e flora do ES; c) Participação no XI Congresso Brasileiro de Arborização Urbana - CBAU apresentando projetos ambientais da Companhia na área da flora do ES; distribuição de bloco reciclado; d) Participação da XVIII Feira do Verde, realizada em Vitória/ES apresentando ações ambientais da Companhia; mágico que conta estórias, casinha simuladora do consumo de energia, maquetes da geração/distribuição de energia elétrica e também das formas alternativas de energia, além da distribuição de bloco rascunho ecológico, folder’s ambientais e de consumo consciente, camiseta ecológica e gibis da Turma da Energia; e) Participação da V Feira da Terra, realizada em Vila Velha/ES, apresentando, casinha simuladora do consumo de energia, maquete da geração/distribuição de energia elétrica, folder de consumo consciente, camiseta ecológica e gibis da Turma da Energia.

CERTIFICAÇÃO

Área comercial

Alinhados às necessidades de controle e monitoramento, geradas pela estratégia de gestão integrada do grupo, iniciou-se em 2007 a certificação de processos pela Norma ISO 9001:2000.

O processo de Eficiência Energética foi o escolhido, na Área Comercial, como o primeiro a ser certificado, com previsão de conclusão em março de 2008. A certificação visa fundamentalmente garantir a padronização do processo, o controle de indicadores, o monitoramento da satisfação dos clientes e a melhoria contínua da qualidade.

Área técnica

O Centro de Operação do Sistema - COS da Escelsa obteve em dezembro de 2007, o primeiro certificado da norma ISO 9001:2000 para as atividades de Coleta de Dados e Apuração de Indicadores de Continuidade Coletivos e Individuais, de acordo com a Resolução 024, da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Esta é a primeira vez, dentro do Grupo Energias do Brasil, que um processo de gestão de qualidade é certificado pela Norma ISO 9001:2000. Com isto também ficou garantido o cumprimento do parágrafo 5º, da Resolução 024, que estabelece que todas as concessionárias devem possuir a certificação com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9000. O certificador Bureau Veritas, recomendou a acreditação aos organismos INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e ao internacional ANAB (ANSI-ASQ National Accreditation Board).

RECONHECIMENTOS EXTERNOS

Em 2007, a Escelsa obteve diversas certificações de reconhecimento público, devido à sua qualidade no atendimento e fornecimento de energia elétrica aos seus clientes, na qualidade de gestão baseada em critérios de excelência e às suas ações de caráter sócio-educativo nas comunidades onde atua:

- um dos mais significativos prêmios para uma distribuidora de energia elétrica, pois vem do reconhecimento de seus clientes, é o prêmio que na avaliação da Abradee - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica, a Escelsa ficou em primeiro lugar, em um empate técnico com outras duas, como a melhor distribuidora no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente, para empresas com mais de 400 mil clientes, em pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi;
- na mesma avaliação do prêmio Abradee, a Escelsa foi também premiada como a empresa que apresentou a maior evolução de desempenho, tendo sido a maior de todas as edições do prêmio Abradee;
- prêmio CIER (Comisión de Integración Energética Regional) de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente, na categoria Prata, em competição com empresas da América Latina;
- Menção Especial de Reconhecimento, da CIER, por ter apresentado a maior evolução no índice da área de Informação e Comunicação com os Clientes;
- recebido Certificado de Reconhecimento de Mérito, concedido pela Eletrobrás e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) pela participação da Companhia no Projeto Reluz de eficientização do sistema de iluminação pública do município da Serra;
- pela adoção dos critérios de excelência na gestão da organização, a Companhia recebeu diploma e troféu na categoria ouro do Prêmio Qualidade Espírito Santo (PQES), pela adoção dos critérios de excelência na gestão da organização. O Prêmio Qualidade ES é parte integrante do Prêmio Nacional da Qualidade com a assessoria da Fundação de Apoio à Gestão, Ciência e Tecnologia. Este é o terceiro ano consecutivo que a Escelsa é premiada por seu desempenho na excelência da gestão da organização;
- em razão das ações de cidadania relativas ao combate ao trabalho infantil, promoção da educação, saúde e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, a Escelsa foi reconhecida e certificada, pelo oitavo ano consecutivo, como empresa Amiga da Criança pela Fundação Abrinq. É uma certificação que reconhece a preocupação da Escelsa em cumprir o seu papel social e participar do desenvolvimento das gerações futuras;
- em razão de seu Programa Incluir, com ações de cidadania de inclusão social de pessoas com necessidades especiais, em parceria com a APAE - Vitória, a Escelsa foi reconhecida e certificada como empresa amiga dessa entidade;

AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a Escelsa informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2007, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Escelsa registra agradecimentos à sua acionista e membros do Conselho de Administração pelo apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos colaboradores na intensa participação de inúmeros projetos rotineiros e não rotineiros que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da Escelsa.

6 - Informações Relevantes quanto ao

Exercício da Cidadania Empresarial	2007				Metas 2008	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	29,72				29,72	
Número Total de Acidentes de Trabalho	6				0	
Os Projetos Sociais e Ambientais						
Desenvolvidos pela Empresa	() direção	(X) direção	() todos(as)	() direção	(X) direção e	() todos(as)
foram Definidos por:	e gerências		empregados(as)		gerências empregados(as)	
Os padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de						
Trabalho foram Definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as)	() todos(as)	() direção e gerências	() todos(as)	(X) todos(as)
	gados(as)		empre- + Cipa		empre- + Cipa gados(as)	

Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna						
dos(as) Trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve da OIT	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A Previdência Privada Contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A Participação dos Lucros ou Resultados Contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)

Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental adotados pela Empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
---	--------------------------	-------------------	------------------	----------------------------	---------------------	--------------------

Quanto à Participação dos Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará e incentivar	(X) organizará e incentivar
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as):	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
	55.160	163	1.040	52.400	158	1.144
% de Reclamações e Críticas Solucionadas:	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
	100%	100%	29,16%	100%	100%	20%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):	Em 2007:	1.166.187	Em 2006:	1.115.982		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	76% governo	6,32% colaboradores(as)	71,01% governo	7,97% colaboradores(as)		
	9,66% acionistas	7,52% terceiros	4,07% acionistas	8,51% terceiros		
	0,5% retido		8,44% retido			

7 - Outras Informações

(*) Ano de 2006 reclassificado.

(**) Em 2007 foi computado o número de negros (pretos e pardos) que trabalham na Companhia.

Não auditado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2007	2006
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades	5	137.744	161.810
Consumidores e concessionárias	6	278.305	277.434
Impostos e contribuições sociais	9	75.236	47.700
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	28.321	59.031
Estoques		2.892	2.957
Cauções e depósitos vinculados	12	1.680	1.172
Despesas pagas antecipadamente	7	6.044	16.480
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8	140.988	185.204
Outros créditos	13	54.647	35.705
		<u>725.857</u>	<u>787.493</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	8.128	4.421
Impostos e contribuições sociais	9	16.055	11.080
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	211.432	230.567
Partes relacionadas	11	1.324	4.126
Cauções e depósitos vinculados	12	80.139	109.387
Despesas pagas antecipadamente	7	2.274	7.450
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8	58.095	94.516
Outros créditos	13	3.558	7.000
		<u>381.005</u>	<u>468.547</u>
Permanente			
Investimentos		4.982	4.982
Imobilizado tangível	14	880.791	796.686
Imobilizado intangível	14	79.566	60.197
		<u>965.339</u>	<u>861.865</u>
Total do ativo		<u>2.072.201</u>	<u>2.117.905</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2007	2006
Receita operacional			
Disponibilização do sistema de distribuição		1.301.842	1.228.716
Fornecimento de energia elétrica		684.219	552.979
Suprimento de energia elétrica		47.454	36.646
Outras receitas operacionais		16.852	43.207
		<u>2.050.367</u>	<u>1.861.548</u>
Deduções da receita operacional			
Quota para reserva global de reversão		(13.692)	(12.602)
Subvenção - CCC e CDE		(159.970)	(161.445)
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética		(16.825)	(14.105)
Encargo de capacidade emergencial		(25.078)	(483)
Impostos e contribuições sobre a receita		(605.266)	(567.238)
		<u>(820.831)</u>	<u>(755.873)</u>
Receita operacional líquida	23	<u>1.229.536</u>	<u>1.105.675</u>
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(569.121)	(450.067)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(154.594)	(158.051)
		<u>(723.715)</u>	<u>(608.118)</u>
Custo de operação			
Pessoal		(53.436)	(56.422)
Materiais e serviços de terceiros		(65.089)	(62.201)
Depreciações e amortizações		(68.683)	(68.206)
Outros custos de operação		(8.402)	(14.251)
		<u>(195.610)</u>	<u>(201.080)</u>
		<u>(919.325)</u>	<u>(809.198)</u>
Custo do serviço prestado a terceiros	24	<u>(1.715)</u>	<u>(996)</u>
Lucro operacional bruto		<u>308.496</u>	<u>295.481</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(15.528)	(17.387)
Despesas gerais e administrativas		(89.213)	(66.009)
Depreciações e amortizações		(2.660)	(2.569)
Outras despesas operacionais		(18.417)	(6.369)
		<u>(125.818)</u>	<u>(92.334)</u>
Resultado do serviço		<u>182.678</u>	<u>203.147</u>
Receitas financeiras		74.025	83.211
Despesas financeiras		(145.670)	(147.918)
Resultado financeiro	25	<u>(71.645)</u>	<u>(64.707)</u>
Lucro operacional			
Receitas não operacionais		2.832	2.563
Despesas não operacionais		(5.755)	(4.208)
Resultado não operacional		<u>(2.923)</u>	<u>(1.645)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes		108.110	136.795
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(42.828)	(17.416)
		<u>4.200</u>	<u>(25.160)</u>
		<u>(38.628)</u>	<u>(42.576)</u>
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		<u>69.482</u>	<u>94.219</u>
Reversão dos juros sobre capital próprio		49.100	45.406
Lucro líquido do exercício	26	<u>118.582</u>	<u>139.625</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>20,18</u>	<u>23,76</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2006						
Ajuste de exercícios anteriores		376.022	101.035	131.445		608.502
Reversão de dividendos (AGE de 22/12/2006)				81.709	(11.197)	(11.197)
Lucro líquido do exercício					139.625	139.625
Destinação do lucro				6.421	(6.421)	
Reserva legal					(45.406)	(45.406)
Dividendos					(76.601)	(76.601)
Reserva de retenção de lucros				76.601		76.601
Saldos em 31 de dezembro de 2006	22	<u>376.022</u>	<u>101.035</u>	<u>296.176</u>	118.582	<u>773.233</u>
Lucro líquido do exercício					118.582	118.582
Destinação do lucro				5.929	(5.929)	
Reserva legal					(112.653)	(112.653)
Dividendos					-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	22	<u>376.022</u>	<u>101.035</u>	<u>302.105</u>	<u>-</u>	<u>779.162</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2007	2006
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	118.582	139.625
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Consumidores e concessionárias	9.494	(18.874)
Impostos e contribuições sociais diferidos	(4.200)	25.160
Depreciações e amortizações	71.343	70.775
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	4.357	2.420
Despesas pagas antecipadamente	(15.770)	(27.799)
Fornecedores	(9.209)	39.017
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	85.228	83.205
Benefícios pós-emprego	7.137	3.332
Obrigações estimadas		6.572
Encargos regulamentares e setoriais	19.145	16.113
Provisões para contingências	24.456	(6.202)
Outras	(713)	
	<u>309.850</u>	<u>333.344</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(14.074)	39.547
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(32.511)	(19.042)
Estoques	65	(1.275)
Cauções e depósitos vinculados a litígios	29.590	(30.298)
Despesas pagas antecipadamente	101.346	(31.026)
Outros créditos	(15.495)	(6.762)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(7.858)	(23.809)
Impostos e contribuições sociais correntes	20.729	(28.229)
Impostos e contribuições sociais diferidos	(453)	453
Obrigações estimadas	(2.557)	950
Outras Obrigações	(36.623)	(8.941)
	<u>352.009</u>	<u>224.912</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>352.009</u>	<u>224.912</u>
Atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado tangível e intangível	(203.003)	(191.333)
Obrigações vinculadas à concessão	25.831	14.952
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(177.172)</u>	<u>(176.381)</u>
Atividades de financiamento		
Partes relacionadas	3.481	3.110
Dividendos pagos	(38.595)	(50.008)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - ingressos	318.917	462.013
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(482.706)	(444.734)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(198.903)</u>	<u>(29.619)</u>
(Redução) aumento nas disponibilidades	<u>(24.066)</u>	<u>18.912</u>
Disponibilidades no final do exercício	137.744	161.810
Disponibilidades no início do exercício	161.810	142.898
	<u>(24.066)</u>	<u>18.912</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2007	2006
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	15	134.177	151.243
Encargos de dívidas	17	2.351	11.250
Impostos e contribuições sociais	9	105.647	77.553
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10		54.498
Dividendos		105.339	38.647
Debêntures	16	2.198	2.577
Empréstimos e financiamentos	17	11.567	380.282
Benefícios pós-emprego	18	3.835	5.399
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8	69.882	81.288
Obrigações estimadas com pessoal	19	18.118	20.674
Encargos regulamentares e setoriais	20	64.317	52.869
Outras contas a pagar	13	26.241	19.496
		<u>543.672</u>	<u>895.776</u>
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Debêntures	16	514.000	264.000
Empréstimos e financiamentos	17	98.839	49.406
Benefícios pós-emprego	18	43.312	37.021
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8	24.369	23.635
Partes relacionadas	11	5.494	4.816
Provisões para contingências	21	63.277	69.940
Outras contas a pagar	13	76	78
		<u>749.367</u>	<u>448.896</u>
Patrimônio líquido	22		
Capital social		376.022	376.022
Reservas de capital		101.035	101.035
Reservas de lucros		302.105	296.176
		<u>779.162</u>	<u>773.233</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.072.201</u>	<u>2.117.905</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2007	2006
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	118.582	139.625
Ajustes de exercícios anteriores		(11.197)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Consumidores e concessionárias		(6.706)
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - atualiz. monetária	(2.528)	(12.847)
Fornecedores - Energia livre		1.938
Depreciações e amortizações	71.343	70.775
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	4.357	2.420
Impostos e contribuições sociais diferidos	(4.200)	25.160
Variações monetárias e juros do passivo não circulante	1.017	(23.046)
Provisões para contingências	14.988	(6.202)
Benefícios pós-emprego	7.137	3.332
Outros	(600)	
	<u>210.096</u>	<u>183.252</u>
De terceiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	310.617	300.561
Transferência do ativo não circulante para o circulante	104.717	231.841
	<u>415.334</u>	<u>532.402</u>
De acionistas e das partes relacionadas		
Reversão de dividendos		81.709
Partes relacionadas	678	2.562
	<u>678</u>	<u>84.271</u>
Total das origens	<u>626.108</u>	<u>799.925</u>
Aplicações de recursos		
No Ativo não circulante		
Cauções e depósitos vinculados a litígios	431	29.406
Despesas pagas antecipadamente		102.794
Outros créditos	8.682	4.421
No permanente		
Imobilizado tangível e intangível	203.003	191.333
Obrigações vinculadas à concessão	(25.831)	(22.469)
Passivo não circulante transferido para o circulante	36.702	401.331
Dividendos	112.653	45.406
Total das aplicações	<u>335.640</u>	<u>752.222</u>
Aumento no capital circulante líquido	<u>290.468</u>	<u>47.703</u>
Variação no capital circulante		
Ativo circulante		
No final do exercício	725.857	787.493
No início do exercício	787.493	516.907
	<u>(61.636)</u>	<u>270.586</u>
Passivo circulante		
No final do exercício	543.672	895.776
No início do exercício	895.776	672.893
	<u>(352.104)</u>	<u>222.883</u>
Aumento no capital circulante líquido	<u>290.468</u>	<u>47.703</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A, detém a concessão de distribuição de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 25 de fevereiro de 2008, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em atendimento às determinações da ANEEL através do Despacho nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, os encargos do consumidor relativos ao Programa de Eficiência Energética - PEE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Conta de Consumo de Combustível - CCC, anteriormente contabilizados no grupo de Despesa operacional, passaram a ser registrados no grupo de Deduções da receita operacional, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados no exercício de 2006.

A partir de 2007 a Companhia passou a apresentar no balanço patrimonial as rubricas de Conta de compensação de variação de custos da parcela "A", segregadas no ativo e passivo, que anteriormente eram consideradas de forma líquida na rubrica Despesas pagas antecipadamente, efetuando-se então a respectiva reclassificação para os valores apresentados em 31 de dezembro de 2006.

Em atendimento às determinações da ANEEL, através do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001 e instruções complementares contidas no Ofício Circular 2409, de 14 de novembro de 2007 e Despacho nº 294, de 1º de fevereiro de 2008, a Companhia está reclassificando, com efeitos retroativos a 2006, a parcela faturada aos clientes cativos correspondente à tarifa de uso do sistema de distribuição, anteriormente apresentada nas Demonstrações de Resultados dos exercícios integralmente no grupo Fornecimento de energia elétrica e a partir deste exercício, passou a ser apresentada no grupo Disponibilização do sistema de distribuição, utilizando como base para segregação dos valores a proporção de uso do sistema de distribuição constante da tarifa média anual do respectivo período tarifário da Companhia. Os valores segregados de uso do sistema de distribuição faturados aos clientes livres e aos clientes cativos estão sendo apresentados na nota explicativa 23.

Para aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Companhia está apresentando, como informação complementar, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa preparadas de acordo com a NPC 20, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia está apresentando, nos moldes do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/06 e Resolução CFC nº 1010/05, as Demonstrações do Valor Adicionado que tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

a) Disponibilidades (Nota 5)

Estão representadas basicamente por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores e concessionárias incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais e concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada (Nota 6);

(ii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1);

(iii) Os saldos a receber relativos à Recomposição Tarifária Extraordinária - Perda de Receita e Energia Livre (Nota 6); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

Clientes da classe	Vencidos há mais de
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

c) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados ao Ativo imobilizado, são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado tangível.

d) Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - CVA (Nota 8)

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da ANEEL.

e) Investimentos

Os Investimentos estão avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

f) Imobilizado tangível e intangível (Nota 14)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) até o ano de 2001.

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passaram a ser amortizadas a partir da 2ª revisão tarifária periódica (agosto de 2007) por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

g) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 15)

Inclui principalmente o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica, encargos de uso da rede elétrica e o saldo de Energia livre a pagar a geradoras de energia elétrica.

i) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 16 e 17)

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos e, quando aplicável, acrescidos e/ou reduzidos por ganhos e perdas das operações de *hedge*, incorridos até a data do balanço.

j) Provisões para contingências (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 9, 10 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

m) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2007.

n) Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

o) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

p) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 3.m.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Provisão para perdas - perda de receita e energia livre;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Provisão para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

q) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a concessionária, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se abaixo quadro sintético com os ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Consumidores e concessionárias (Nota 6)				
Recomposição tarifária extraordinária - perda de receita		74.075		
(-) Provisão para perdas - perda de receita		(45.168)		
Recomposição tarifária extraordinária - energia livre		55.094		
(-) Provisão para perdas - energia livre		(38.677)		
Programa luz para todos	12.772			
Outros ativos regulatórios	13.660	3.435	8.128	4.421
Outros créditos (Nota 13)				
Perda de receita - baixa renda (Nota 13.1)	27.876	14.310		
Despesas pagas antecipadamente (Nota 7)				
PIS/COFINS - majoração de alíquota	4.334	14.290		6.016
Conta de compensação de custos da parcela "A" (Nota 8)				
Parcela "A"	55.008	23.042	33.005	69.126
CVA - ativa	85.980	162.162	25.090	25.390
Total de ativos regulatórios	199.630	262.563	66.223	104.953
Fornecedores (Nota 15)				
Energia livre	(6.445)	(72.376)		
(-) Provisão para perdas - energia livre		38.677		
Conta de compensação de custos da parcela "A" (Nota 8)				
CVA - passiva	(69.882)	(81.288)	(24.369)	(23.635)
Total de passivos regulatórios	(76.327)	(114.987)	(24.369)	(23.635)
Total ativos (-) passivos regulatórios	123.303	147.576	41.854	81.318

Programa luz para todos - Refere-se ao reconhecimento parcial concedido pela ANEEL, na revisão tarifária ocorrida em agosto de 2007, por conta dos investimentos realizadas no Programa de Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Nota 31).

4.1 - Acordo geral do setor elétrico

O Acordo geral do setor elétrico, ao qual a Companhia aderiu em 20 de dezembro de 2001, estabeleceu condições para solução de controvérsias contratuais e administrativas, eliminando a possibilidade de ocorrência de litígios judiciais ou extrajudiciais sobre questões relativas ao período de racionamento. Os principais pontos do acordo são listados a seguir:

- Declaração de Desistência/Renúncia;
- Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratuais;
- Acordo de Reembolso de Energia Livre;
- Termos Aditivos aos Contratos Iniciais; e
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e demais regras legais, foi apurado o montante de Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE aplicável a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de neutralizar os efeitos de perda de receita decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, que vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Paralelamente, foram apuradas as variações mensais de custos não gerenciáveis (Parcela "A"), relacionando ainda, as parcelas de custo adicional com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Energia livre) a serem repassados para as geradoras.

Para o ressarcimento do montante da Perda de receita, Energia livre e Parcela "A", em atendimento às disposições da Medida Provisória nº 14 (convertida na Lei nº 10.438/02), foi concedido a partir de janeiro de 2002 o reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e Iluminação Pública e de 7,9% para os demais consumidores.

No exercício de 2002 foram liberados recursos equivalentes a 90% dos montantes homologados de Perda de receita e de Parcela "A", relativos à abertura de crédito no âmbito do PERCEE, através de contratos de financiamento com o BNDES assinados em 13 de fevereiro de 2002 (Nota 17).

A Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, retificou para R\$76.639 o montante de Energia livre anteriormente homologado pela Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002 (Nota 4.1.1), alterou para 69 meses o prazo máximo de permanência da RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica anteriormente estabelecido pela Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, excluiu deste prazo o montante relativo às variações dos itens da Parcela "A" verificadas no exercício de 2001 e estabeleceu que a sua recuperação se dará por mecanismo equivalente ao previsto no art. 4º da Lei nº 10.438/02 e que, para a Companhia, como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica localizada no Sistema Interligado Nacional sujeita ao PERCEE, essa recuperação se dará imediatamente após o final da RTE prevista no art. 4º da Lei nº 10.438/02, pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002.

4.1.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da perda de receita e energia livre

A composição da RTE no ativo é a seguinte:

Itens	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Baixa para perda	Saldo a amortizar	
						31/12/2007	31/12/2006
Perda de receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04	149.512	120.065	(222.468)	(47.109)	-	74.075
(-) Provisão para perdas							(45.168)
Total							28.907

Itens	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Baixa para perda	Saldo a amortizar	
						31/12/2007	31/12/2006
Energia livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	76.639	63.067	(88.521)	(51.185)	-	55.094
(-) Provisão para perdas							(38.677)
Total							16.417

O prazo máximo de permanência da RTE das parcelas correspondentes à Perda de receita e Energia livre findou em 30 de setembro de 2007, sendo que para o saldo remanescente não recuperado foi primeiramente registrada provisão em montante equivalente e, em 31 de dezembro de 2007, foi efetivada a baixa para perdas conforme determinado através do Ofício Circular nº 2.409/2007-SFF/ANEEL. A partir de outubro de 2007 iniciou-se a amortização da RTE correspondente a Parcela "A" formada no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

Os valores referentes à Energia livre referem-se à energia elétrica gerada e não vinculada a contratos iniciais ou equivalentes.

Atualização monetária:

A Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002 e os Ofícios Circulares ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005 e nº 74, de 23 de janeiro de 2006, determinaram que o saldo remanescente da RTE seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada concessionária, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa SELIC.

No exercício foi contabilizado para Perda de receita o montante de R\$6.140 (R\$12.759 em 2006) e, para Energia livre o montante de R\$7.146 (R\$14.866 em 2006), ambos registrados em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas financeiras. Para Energia livre, ato contínuo, foi registrado na rubrica de Fornecedores em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Despesas financeiras, em função do repasse às geradoras.

A composição da RTE no passivo é a seguinte:

Itens	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Baixa para perda	Saldo a repassar	
						31/12/2007	31/12/2006
Repasse de Energia Livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	76.639	63.443	(82.452)	(51.185)	6.445	72.376
(-) Provisão Energia livre não recuperável							(38.677)
Total						6.445	33.699

Para o mesmo montante de Energia livre registrado no exercício de 2001, foi registrada uma obrigação no Passivo circulante e não circulante na rubrica Fornecedores de energia elétrica, com o correspondente débito no resultado na rubrica Energia elétrica comprada para revenda.

Repasse de Energia Livre - Definição e padronização da metodologia de cálculo e repasse:

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2003, de 26 de setembro de 2007, e com esclarecimentos complementares manifestados através da nota Técnica nº 392, de 13 de novembro de 2007, alterou a forma de apuração dos valores de repasse e de amortização do saldo de energia livre em substituição às determinações contidas no Ofício Circular SFF/ANEEL nº 560, de 10 de abril de 2006, com efeitos retroativos ao início dos repasses desde fevereiro de 2003.

Dentre as principais alterações, destacam-se a padronização e definição das deduções dos tributos e encargos, com o reconhecimento da existência de duas formas de tributação de PIS e COFINS, determinando a dedução de 3,65% para as concessionárias que recolheram os tributos na época do registro contábil da receita correspondente ao montante homologado e outra para as distribuidoras que optaram pelo diferimento nos termos do Parecer COSIT nº 26, situação essa em que se enquadrava a Companhia, com a aplicação das alíquotas vigentes no momento do efetivo faturamento. Em decorrência do recálculo, embasado nas definições dessa metodologia, foi apurado um ajuste no saldo a repassar às geradoras no montante de R\$2.361, parcialmente liquidados no mês de janeiro de 2008.

Em função dos recálculos dos saldos ativos e passivos de energia livre foi registrado no exercício de 2007, um impacto positivo de R\$11.314, sendo R\$5.028, reconhecido no grupo de lucro operacional bruto e R\$6.286, no resultado financeiro, antes dos efeitos dos impostos sobre o resultado.

4.2 - Variação dos itens da parcela "A"

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Com o advento das Medidas Provisórias nºs 2.227 e 14 (convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002), de 4 de setembro de 2001 e 21 de dezembro de 2001, respectivamente, e da Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, foi instituída uma conta gráfica, para registro da compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item, de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001.

Os registros foram efetuados no Ativo não circulante na rubrica Despesas pagas antecipadamente, que tiveram contrapartidas no resultado na rubrica Gastos operacionais, pela respectiva natureza. Para fins de divulgação no balanço patrimonial, os saldos estão apresentados na rubrica Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" (Nota 8).

4.2.1 - Composição da variação de itens da parcela "A" homologado pela ANEEL

Item	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2007	31/12/2006
Parcela "A"	Resoluções nºs 482/02 e 001/04	38.183	64.805	(14.975)	88.013	92.168

Atualização monetária:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

5 - Disponibilidades

Bancos conta movimento	31/12/2007	31/12/2006
Aplicações financeiras - renda fixa	31.299	83.390
Total	106.445	78.420
	137.744	161.810

As aplicações financeiras têm vencimentos entre janeiro de 2008 e fevereiro de 2010 com rentabilidade de 98,0% a 100,8% do CDI, resgatáveis imediatamente.

6 - Consumidores e concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2007	Saldo líquido em 31/12/2006
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	25.051	24.278	1.475	50.804	(1.475)	49.329	49.479
Industrial	20.532	5.631	5.313	31.476	(3.237)	28.239	26.323
Comércio, serviços e outras							
Atividades	22.188	8.049	8.645	38.882	(7.457)	31.425	29.846
Rural	7.137	3.491	1.857	12.485	(249)	12.236	10.238
Poder público							
Federal	1.294	154	107	1.555	(272)	1.283	1.033
Estadual	1.811	621	720	3.152	(381)	2.771	2.438
Municipal	2.771	1.146	836	4.753	(582)	4.171	3.531
Iluminação pública	3.535	558	5.112	9.205	(4.513)	4.692	6.133
Serviço público	3.652	90	80	3.822	(72)	3.750	3.679
Fornecimento não faturado	62.742			62.742		62.742	62.456
Parcelamentos de débitos	11.580	1.278	9.761	22.619	(12.374)	10.245	7.342
(-) Arrecadação em processo de classificação							
Outros créditos	33.580			33.580		33.580	7.038
Ativo regulatório							
Perda de receita Energia livre							28.907
Programa luz para todos	12.772			12.772		12.772	16.417
Outros ativos regulatórios	13.660			13.660		13.660	3.435
	222.305	45.296	33.906	301.507	(30.612)	270.895	264.784
Concessionárias							
Suprimento	3.057			3.057		3.057	3.926
Energia de curto prazo	859			859		859	6.517
Encargos de uso da rede elétrica	3.494			3.494		3.494	2.207
	7.410			7.410		7.410	12.650
Total circulante	229.715	45.296	33.906	308.917	(30.612)	278.305	277.434
Não circulante							
Ativo regulatório							
Outros ativos regulatórios	8.128			8.128		8.128	4.421
Total não circulante	8.128			8.128		8.128	4.421

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

6.1 - Energia de curto prazo

	Ativo		Passivo	
	Venda	Compra	Encargo de serviço de sistema	
Saldo em 31/12/2006	6.517	28	2.057	
Acréscimos	9.069	33.431	2.374	
Liquidações	(14.727)	(23.558)	(4.425)	
Saldo em 31/12/2007	859	9.901	6	

Refere-se, principalmente, às transações de venda, compra de energia e encargos de serviços de sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2 - Faturamento de encargos de capacidade emergencial - ECE - sob liminar - "Outros Créditos"

A ANEEL realizou fiscalização econômico-financeira e emitiu o Relatório de Fiscalização nº 121 e o Termo de Notificação nº 115, ambos de 7 de agosto de 2007, determinando o faturamento e registro dos valores de Encargos de capacidade emergencial suspenso por liminares que alguns clientes das classes industrial e comercial da Companhia obtiveram para ter reconhecido o direito do não pagamento enquanto esteve vigente a cobrança desse encargo e que não havia sido faturado à época dos correspondentes consumos que os originaram. Em cumprimento dessa determinação foi faturado e registrado na rubrica de outros créditos o montante de R\$25.076, em contrapartida ao Passivo Circulante na rubrica de Encargos regulamentares e setoriais.

7 - Despesas pagas antecipadamente

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
PIS E COFINS - Majoração de alíquota (nota 7.1)	4.334	14.290		6.016
Outros	1.710	2.190	2.274	1.434
Total	6.044	16.480	2.274	7.450

7.1 - PIS e COFINS - Majoração de alíquota

Ativo regulatório constituído em razão das alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, as quais majoraram a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3% para 7,6%, cujos efeitos financeiros são repassados às tarifas.

7.2 - Outros

Refere-se, principalmente, aos gastos com emissão de debêntures e outras operações financeiras, cuja amortização é registrada de forma linear, no prazo de liquidação das obrigações que as originaram.

8 - Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"

Período	Ativo				Passivo			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
De 01/01/01 a 25/10/01								
De 08/08/02 a 07/08/03	55.008	23.042	33.005	69.126				
De 08/08/04 a 07/08/05		12.088			3.355			
De 08/08/05 a 07/08/06	4.148	8.577						
De 08/08/06 a 07/08/07	6.283	123.361	25.390	1.854	61.051			
De 08/08/07 a 31/12/07	47.700	18.136			35.461		23.635	
Total	27.849	185.204	58.095	94.516	69.882	81.288	24.369	23.635

8.1 - De 01/01/01 a 25/10/01 - valores correspondentes aos itens da Parcela "A" inseridos no contexto do Acordo Geral do Setor Elétrico, como mencionado na nota 4.1.

8.2 - De 08/08/02 a 31/12/07 - os valores estão atualizados pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$4.949 (R\$15.727 em 2006) em contrapartida ao resultado financeiro. No exercício foi amortizado o montante de R\$81.086 (R\$40.449 em 2006).

9 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Compensáveis - Ativo				
Imposto de renda e contribuição social - correntes	65.499	34.278		
ICMS	261	4.076	16.055	11.080
PIS e COFINS	5.730	7.456		
Outros	3.746	1.890		
Total	75.236	47.700	16.055	11.080
A recolher - Passivo				
ICMS	35.593	35.784		
Imposto de renda e contribuição social - correntes	42.829	17.313		
IRRF juros sobre capital próprio	7.365	6.811		
PIS e COFINS	15.020	15.063		
Outros	4.840	2.582		
Total	105.647	77.553		

10 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

10.1 - Ativo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
IR sobre prejuízos fiscais	14.305	15.284	103.478	116.395
CSLL sobre base negativa	5.190	5.540	43.842	48.485
IR e CSLL sobre demais adições temporárias	7.582	37.110	31.103	31.436
IR e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - ágio	1.244	1.097	33.009	34.251
Total	28.321	59.031	211.432	230.567

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2009	2010	2011	2012	2013	Após 2013	Não circulante
62.527	31.691	27.325	31.655	30.938	27.296	211.432

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2007, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2008. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

10.1.1 - O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e que, conforme determinação da ANEEL, será amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$1.902, até 2025.

10.1.2 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto ao crédito relacionado ao ágio, mencionado na nota 10.1.1, será realizado financeiramente até 2025, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

10.2 - Passivo circulante

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos em 2006 eram provenientes, basicamente, da variação cambial ativa, referente ao *Sênior notes* (nota 17), reconhecida contabilmente pelo regime de competência, outrora excluída da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, até sua efetiva realização ocorrida em julho de 2007, quando então foi tributada.

	31/12/2006
PIS	81
COFINS	372
Imposto de renda	39.739
Contribuição social	14.306
Total	54.498

11 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	2007	2006
	Partes relacionadas					
Bandeirante	146		684	697		
Enersul	399	2.926	137	562		
Energest	354	857	4.181		(3.267)	5.854
CESA	303	171			1.121	1.116
Pantanal		2				
Escelsapar		37	229			
Enertrade	8					
EDP Energias do Brasil	21		263	3.557	(263)	(3.557)
Outras	93	133				
	1.324	4.126	5.494	4.816	(2.409)	3.413
Fornecedores						
Enerpeixe			13.256	6.668	(60.614)	(47.243)
Energest			2.933	178	(1.326)	(2.754)
CESA			1.998	2.203	(24.361)	(18.345)
Escelsapar					(2.141)	(2.565)
Enertrade					5.973	(56.395)
					15.022	(146.426)
Total	1.324	4.126	23.681	19.838	(148.835)	(123.889)

Partes relacionadas - referem-se a compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros efetuados desde o início de 2006 com a EDP - Energias do Brasil S.A. e a partir deste exercício com a Bandeirante, Enersul, Energest, Enertrade, aprovados pela ANEEL através do Despacho nº 2194, de 13 de julho de 2007.

Fornecedores:

Enerpeixe - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Enerpeixe S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 47,2 MW médios em 2006 e 53,9 MW médios para o período remanescente, ao preço de R\$85,67/MWh, com data-base de reajuste em agosto de 2002. O contrato foi aditado em 19 de fevereiro de 2003, passando o preço para R\$83,73/MWh, sendo novamente aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R\$107,18/MWh, com data-base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 7 de agosto de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 7 de agosto de cada ano do período de suprimento. O contrato foi homologado pela ANEEL em 6 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.848/2003-SFF/ANEEL. O preço vigente atual é de R\$130,75/MWh.

Energest - A Companhia participou do 1º Leilão de Energia Existente, tendo firmado contratos de compra de energia elétrica com a ENERGEST para o período de 2005 a 2012 (Contrato nº 267/2004) e 2006 a 2013 (Contrato nº 650/2004). Atualmente o preço de compra de energia desses contratos está em R\$63,58/MWh e R\$71,39/MWh respectivamente.

CESA - A Companhia possui contratos de compra e venda de energia elétrica com a Castelo Energética S.A. - CESA, referente às PCHs Viçosa e São João.

O contrato com a PCH Viçosa teve início em 1º de agosto de 2001 com término previsto para 31 de dezembro de 2025, contemplando 2,57 MW médios, ao preço de R\$93,07/MWh. O primeiro aditivo deste contrato foi assinado em 7 de agosto de 2003, para alterar a energia assegurada para 2,80 MW médios, ao preço de R\$116,12/MWh - base agosto de 2003. O segundo aditivo foi assinado em 1º de agosto de 2004 e alterou a data de término do contrato para 17 de julho de 2025. O Ofício SFF/ANEEL nº 2.097, de 3 de dezembro de 2004, homologou esse contrato. O preço vigente atual é de R\$143,86/MWh.

O contrato com a PCH São João mantinha a data de início programada com a entrada em operação comercial da PCH e término previsto para 31 de maio de 2029, contemplando 14,68 MW médios, ao preço de R\$96,74/MWh. O primeiro aditivo deste contrato foi assinado em 13 de novembro de 2003, alterando a data de término do contrato para 17 de julho de 2025 e o preço para R\$107,49/MWh - base agosto de 2003. O Ofício SFF/ANEEL nº 2.205, de 26 de dezembro de 2003, homologou esse contrato. O segundo aditivo foi assinado em 5 de janeiro de 2007 e alterou a data de início do contrato para 1º de janeiro de 2007. O Despacho ANEEL nº 1748, de 5 de junho de 2007, aprovou este termo aditivo. O terceiro aditivo foi assinado em 1º de agosto de 2007, alterando a energia contratada para 14,35 MW médios, com base na Portaria nº 12 da SPDE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do MME, de 29 de março de 2007. O preço vigente atual é de R\$133,18/MWh.

Enertrade - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a Enertrade - Comercializadora de Energia S.A., contrato de compra e venda de energia elétrica, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2003 e término em 31 de dezembro de 2012, contemplando 11,45 MW médios em 2003 e 52 MW a partir de 2004, ao preço estabelecido pelas regras sobre o valor normativo - VN de R\$104,87/MWh na data-base de agosto de 2003 (R\$93,15/MWh em agosto de 2007), tendo a ANEEL reconhecido no reajuste tarifário de 2003 como preço limite de repasse o valor de R\$74,79/MWh (R\$93,15/MWh em agosto de 2007).

Em agosto de 2003, a Companhia interpôs recurso administrativo junto à ANEEL, onde defendeu a aplicação integral dos valores contratados, para fins de reconhecimento na tarifa e diante da não aprovação desse recurso, em 2004 a Enertrade impetrou mandado de segurança, obtendo decisão judicial para que a ANEEL considerasse o contrato aprovado para todos os fins de direito.

Embora a decisão judicial tenha garantido a aprovação do contrato, a ANEEL manteve o limite de repasse por ela determinado para os sucessivos reajustes tarifários desde o ano de 2004 até o atual na data-base de agosto de 2007. A Companhia interpôs novos Recursos Administrativos contra os resultados desses reajustes tarifários, em agosto de 2005, requerendo à ANEEL que considerasse o déficit formado a partir do não reconhecimento tarifário em anos anteriores. Novamente a ANEEL em junho de 2007 negou provimento a esse recurso.

A Enertrade reavaliou seu posicionamento com relação ao Contrato de Venda de Energia em questão, face ao conjunto das suas expectativas de negócio para a Companhia juntamente com outras opções de negócio com as demais empresas do Grupo Energias do Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

14 - Imobilizado - Tangível e Intangível

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2007			31/12/2006	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível						
Distribuição						
Terrenos		9.392		9.392	9.392	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,73	20.783	(10.942)	9.841	10.292	
Máquinas e equipamentos	4,13	1.364.747	(576.934)	787.813	697.542	
Móveis e utensílios	9,98	115	(77)	38	50	
		<u>1.395.037</u>	<u>(587.953)</u>	<u>807.084</u>	<u>717.276</u>	
Comercialização						
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,41	3.294	(3.094)	200		
Máquinas e equipamentos					346	
Móveis e utensílios	4,48	703	(696)	7	38	
		<u>3.997</u>	<u>(3.790)</u>	<u>207</u>	<u>384</u>	
Administração						
Terrenos		306		306	306	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,89	11.487	(8.302)	3.185	3.494	
Máquinas e equipamentos	6,05	72.125	(48.956)	23.169	26.711	
Veículos	14,87	14.991	(9.632)	5.359	7.670	
Móveis e utensílios	4,95	7.046	(4.353)	2.693	2.136	
		<u>105.955</u>	<u>(71.243)</u>	<u>34.712</u>	<u>40.317</u>	
Imobilizado em serviço - intangível						
Distribuição						
Software	19,80	3.837	(2.338)	1.499	2.208	
Servidão permanente		7.302		7.302	7.003	
Outros					935	
		<u>11.139</u>	<u>(2.338)</u>	<u>8.801</u>	<u>10.146</u>	
Administração						
Software	16,41	69.538	(43.443)	26.095	27.643	
Outros	1,79	1.483	(267)	1.216	510	
		<u>71.021</u>	<u>(43.710)</u>	<u>27.311</u>	<u>28.153</u>	
Atividades não vinculadas a concessão						
Terrenos						
		273		273	273	
Máquinas e equipamentos						
		17	(17)			
		<u>290</u>	<u>(17)</u>	<u>273</u>	<u>273</u>	
Total do Imobilizado em serviço						
Imobilizado em curso						
Distribuição						
Tangível		197.551		197.551	180.088	
Intangível		3.729		3.729	2.013	
		<u>201.280</u>	<u>-</u>	<u>201.280</u>	<u>182.101</u>	
Comercialização						
Intangível		1.087		1.087	111	
		<u>1.087</u>	<u>-</u>	<u>1.087</u>	<u>111</u>	
Administração						
Tangível		10.719		10.719	6.415	
Intangível		38.638		38.638	19.774	
		<u>49.357</u>	<u>-</u>	<u>49.357</u>	<u>26.189</u>	
Total do Imobilizado em curso						
Atividades não vinculadas a concessão						
Ágio na incorporação de sociedade controladora						
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(103.984)		(103.984)	(103.964)	
Amortização do ágio na incorporação de sociedade		3.223		3.223		
(-) Amortização acumulada do ágio		-		-	-	
		<u>(171.896)</u>	<u>2.141</u>	<u>(169.755)</u>	<u>(148.067)</u>	
Total líquido						
Imobilizado tangível		1.667.267	(706.910)	960.357	856.883	
Imobilizado intangível		1.541.653	(660.862)	880.791	796.686	
		<u>1.256.614</u>	<u>(46.048)</u>	<u>79.566</u>	<u>60.197</u>	
		<u>1.667.267</u>	<u>(706.910)</u>	<u>960.357</u>	<u>856.883</u>	

A movimentação do imobilizado tangível e intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2006		Transferência para imobilizado em serviço		Depreciações e amortizações		Valor líquido em 31/12/2007	
	Ingressos				Baixas			
Imobilizado em serviço - tangível								
Terrenos	9.971							9.971
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.786		452	(1.212)				13.026
Máquinas e equipamentos	724.599		149.500	(58.610)	(4.307)			811.182
Veículos	7.670			(2.261)	(50)			5.359
Móveis e utensílios	2.224		877	(363)				2.738
	<u>758.250</u>	-	<u>150.829</u>	<u>(62.446)</u>	<u>(4.357)</u>			<u>842.276</u>
Imobilizado em serviço - intangível	38.299		8.851	(11.038)				36.112
Total do imobilizado em serviço	<u>796.549</u>	-	<u>159.680</u>	<u>(73.484)</u>	<u>(4.357)</u>			<u>878.388</u>
Imobilizado em curso - tangível	186.503	173.395	(151.628)					208.270
Imobilizado em curso - intangível	21.898	29.608	(8.052)					43.454
Total do Imobilizado em curso	<u>208.401</u>	<u>203.003</u>	<u>(159.680)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>			<u>251.724</u>
Total do imobilizado - tangível e intangível	<u>1.004.950</u>	<u>203.003</u>	<u>-</u>	<u>(73.484)</u>	<u>(4.357)</u>			<u>1.130.112</u>
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Contribuição de consumidores	(89.560)	(5.609)		1.308	1.907			(91.954)
Participação da União, Estados e Municípios	(29.276)	(12.521)		308	95			(41.394)
Doações e subvenções	(29.231)	(7.701)		525				(36.407)
	<u>(148.067)</u>	<u>(25.831)</u>	<u>-</u>	<u>2.141</u>	<u>2.002</u>			<u>(169.755)</u>
Total líquido	<u>856.883</u>	<u>177.172</u>	<u>-</u>	<u>(71.343)</u>	<u>(2.355)</u>			<u>960.357</u>

14.1 - Alteração nas taxas de depreciação

A Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006, determinou a equalização das taxas anuais de depreciação para ativos de uso e características semelhantes dos serviços de distribuição e transmissão, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007.

A redução da despesa de depreciação do Imobilizado em serviço, acumulada em 31 de dezembro de 2007, foi de aproximadamente 4% com relação ao mesmo período do ano anterior.

14.2 - Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

14.3 - Obrigações Vinculadas à Concessão - amortização

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observados pelas concessionárias do serviço público de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas que, combinada com alterações preconizadas pelo Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006 e Ofícios Circulares SFF/ANEEL nºs 236, 296 e 1314/2007, de 8 e 15 de fevereiro de 2007 e de 27 de junho de 2007, respectivamente, determinaram a amortização dos saldos de Obrigações vinculadas à concessão, com efeitos a partir da revisão tarifária periódica ocorrida em agosto de 2007. No exercício foi amortizado o valor R\$2.141, em contrapartida a crédito da Despesa operacional.

14.4 - Bens e direitos da União utilizados pela concessionária

Os bens da União sob a administração da Companhia constituem-se de terrenos e antigas edificações que encontram-se fora de uso, em função da impossibilidade prática de suas utilizações, portanto improdutivas, estando seus valores registrados no Sistema Extrapatrimonial.

15 - Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2007	31/12/2006
Suprimento de energia elétrica	70.838	69.908
Energia livre	6.445	33.699
CCEE (compra de energia de curto prazo)	9.901	28
Encargos de uso da rede elétrica	12.356	15.056
Encargos de serviços de sistema	6	2.057
Materiais e serviços	34.631	30.495
Total	<u>134.177</u>	<u>151.243</u>

16 - Debêntures

16.1 - Em 1º de junho de 2006 foi promovida a primeira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirográfica), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 26.400 debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$264.000, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 (três) anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de junho de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de junho de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de junho de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de junho de 2011. A colocação foi concluída em 5 de julho de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de novembro de 2006 e o último em 1º de junho de 2011.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros, diversificação das fontes de financiamentos, investimentos para o ano de 2006 e recomposição de caixa para capital de giro.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração, acréscido de caixa no início do período de apuração, acréscido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vencida durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);
- (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;
- (iv) falência formulado pela Emissora;
- (v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- (vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
- (vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2009	88.000
2010	88.000
2011	88.000
	<u>264.000</u>

16.2 - Em 2 de julho de 2007 foi promovida a segunda emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinadas, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.

Foram lançadas o total de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$250.000 com prazo de vigência de 7 (sete) anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 5 (cinco) anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de julho de 2014, sendo a primeira amortização, de 33,33%, em 2 de julho de 2012, a segunda, de 33,33%, em 2 de julho de 2013 e a terceira, de 33,34%, em 2 de julho de 2014. A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,0% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de dezembro de 2007 e o último em 2 de julho de 2014.

Os recursos captados na distribuição foram destinados integralmente ao pagamento das Sênior Notes emitidas pela emissora em 15 de julho de 1997, com vencimento final em 15 de julho de 2007. O contrato apresenta cláusulas prevendo rescisão nas mesmas hipóteses já descritas acima para a primeira emissão.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2012	83.325
2013	83.325
2014	83.350
	<u>250.000</u>

16.3 - A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2006	2.577	264.000
Ingressos		250.000
Encargos	46.145	
Amortização	(46.524)	
Saldo em 31/12/2007	<u>2.198</u>	<u>514.000</u>

17 - Empréstimos e financiamentos e Encargos de dívidas

	Custo da dívida	31/12/2007		31/12/2006	
		Encargos	Principal	Encargos	Principal
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira					
Sênior Notes (a)	10,0% a.a. + var. cambial			11.157	243.416
Subtotal				<u>11.157</u>	<u>243.416</u>
Moeda nacional					
BNDES	TJLP + 4,8% a.a.	53	4.357	93	4.342
BNDES - Recomposição Tarifária Extraordinária	Selic + 1% a.a.				83.582
Cédulas de créditos bancários	105% CDI	1.766		40.400	
Juros sobre fundo de reversão		150			
Eletrobrás	6,0% a.a.	382	7.210	50.829	5.304
Subtotal		<u>2.351</u>	<u>11.567</u>	<u>98.839</u>	<u>93.228</u>
Swap					
HSBC (a)	101,9% CDI				3.738
Citybank (a)	105% CDI				1.247
Banif (a)	105% CDI				512
Merill (a)	105% CDI				402
Santander (a)	100,46% CDI				13.884
Pactual (a)	101,14% CDI				13.965
Itaú BBA (a)	105% CDI				437
Itaú BBA (a)	101% CDI				9.453
Subtotal					<u>43.638</u>
Total		<u>2.351</u>	<u>11.567</u>	<u>98.839</u>	<u>380.282</u>
				<u>11.250</u>	<u>380.282</u>
					<u>49.406</u>

Sênior notes - o saldo mantido em 31 de dezembro de 2006 referia-se ao residual da captação de recursos através de títulos denominados "*Sênior notes*", do total original equivalente a US\$113,852,000 com vencimento único em julho de 2007 e juros de 10% a.a. pagáveis semestralmente em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano. Em 21 de maio de 1998, foi obtido o registro dos referidos títulos junto à SEC - *Securities and Exchange Commission*, nos Estados Unidos da América, de acordo com o "*Securities ACT of 1933*". Para estes títulos foram realizadas operações de *swap*, além de aplicações em títulos cambiais, destinadas à redução da exposição líquida da dívida. Em 7 de julho de 2005, como parte do processo de reorganização societária do grupo Energias do Brasil, R\$794.127 (US\$332.256,620) da dívida foram transferidos para a controladora EDP - Energias do Brasil S.A. O empréstimo (principal e juros) e as operações de *swap* foram liquidados em julho de 2007.

BNDES (Moeda nacional) - Contrato firmado em agosto de 2006, com repasse de recursos através do Banco ALFA, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 2006 foram liberados recursos no montante de R\$17.320. Sobre o valor do principal incidem juros à taxa de 4,8% ao ano + TJLP, exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de outubro de 2006, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de setembro de 2010. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida.

BNDES - Recomposição Tarifária Extraordinária - Contrato firmado em fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo Geral do Setor Elétrico e Lei nº 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$166.226, equivalentes a 90% do valor da Perda de receita e Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 (Nota 3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	Taxas nominais	
	2007	2006
Taxa de desconto	10,75%a.a.	10,75%a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,5%a.a.	entre 12% a 12,45%a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55%a.a.	5,55%a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,5%a.a.	4,5%a.a.
Inflação médica de longo prazo	10,0% a.a. em 2006, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2015	10,0% a.a. em 2006, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2015
Inflação	4,5%a.a.	4,5%a.a.
Fator de capacidade - Salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	TASA 27	TASA 27
Tábua de rotatividade	T-1 Service Table	T-1 Service Table

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da Fundação Escelsos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Companhia contribuiu com R\$2.780 (R\$3.063 em 2006).

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	Plano I	Plano II	Total
Participantes Ativos	3	1.089	1.092
Participantes assistidos			
Aposentados e pensionistas	716	192	908
Total	719	1.281	2.000

Em 19 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a incorporação, pela EnerPrev, da gestão do plano de previdência oferecido pela Fundação Escelsos.

O processo de incorporação da Fundação Escelsos pela EnerPrev iniciou-se em novembro de 2006, mediante autorização dos conselheiros da Fundação e de representantes dos participantes e dos assistidos. Até que se conclua os trabalhos para que a EnerPrev assumira a gestão, a Fundação Escelsos manterá sua estrutura e atendimento.

18.2 - Outros benefícios pós-emprego

Ainda no âmbito da avaliação atuarial mencionada na nota 18.1, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

• Assistência médica e Seguro de vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia;

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2007, demonstrou que nos planos de Assistência médica, Seguro de vida e AIA, o valor presente das obrigações atuariais, líquido das perdas não reconhecidas, monta em R\$47.147, registrado no Passivo Circulante e Não circulante composto como segue:

	31/12/2007	31/12/2006
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	(64.322)	(66.826)
Perdas atuariais líquidas não reconhecidas	17.175	24.406
Total	(47.147)	(42.420)
Circulante	3.835	5.399
Não circulante	43.312	37.021

A despesa líquida com esses benefícios, a ser reconhecida no resultado de 2008, terá a seguinte composição:

Custo do serviço corrente	787
Custo dos juros	6.545
Amortização de perda	845
Benefícios pagos	(6.869)
	1.308

19 - Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2007	31/12/2006
Folha de pagamento	16.777	19.378
INSS e FGTS	1.341	1.296
Total	18.118	20.674

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias, 13º salários e seus respectivos encargos sociais, a provisão para participação nos lucros e resultado do exercício, além dos efeitos do Programa de Desligamento Voluntário - PDV, lançado em maio de 2006.

O PDV previu a realização de desligamentos de forma escalonada entre os anos de 2006 e 2007, respeitando a implementação de outros programas de eficiência em curso na empresa. O número de desligamentos alcançou 217 colaboradores.

20 - Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	31/12/2007	31/12/2006
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	1.227	1.103
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	5.371	12.612
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.225	5.062
Encargos tarifários (ECE/EAEE)	29.554	10.059
Pesquisa e desenvolvimento	12.623	13.416
Programa de eficiência energética	10.012	10.381
Taxa de fiscalização - ANEEL	305	236
	64.317	52.869

21 - Provisões para contingências e depósitos vinculados a litígios - não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo		
	31/12/2006	Baixas		31/12/2007	Depósito judicial (Nota12)		
		Adições	Reversão		31/12/2007	31/12/2006	
Trabalhistas	18.189	18.042	(11.961)	(316)	23.954	22.852	20.229
Cíveis	10.095	3.982	(764)	(245)	13.068	578	389
Fiscais	41.656	2.432	(8.926)	(8.907)	26.255	49.290	82.009
Total	69.940	24.456	(21.651)	(9.468)	63.277	72.720	102.627
Não circulante	69.940				63.277	72.720	102.627

21.1 - Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

21.2 - Cíveis

As contingências cíveis englobam processos nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais, além de questionamento dos valores pagos por consumidores, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas portarias do DNAEE nºs 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do poder judiciário.

21.3 - Fiscais

(i) Notificações promovidas pelo INSS que exigem o recolhimento de contribuições sobre prestadores de serviços de natureza contínua, equiparados a contratos com vínculo empregatício. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$10.239 (R\$16.150 em 2006).

(ii) Questionamento judicial feito pela Companhia sobre a constitucionalidade da aplicação do seguro de Acidentes do Trabalho - SAT. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$7.670 (R\$7.066 em 2006).

(iii) Auto de infração exigindo o pagamento de diferença de CSLL, por não ter adicionado na sua base de cálculo, relativa ao lucro apurado no exercício de 1995 e nos meses de janeiro a abril de 1996, a despesa correspondente aos encargos de depreciação, amortização ou do custo do bem baixado, correspondente à diferença, em 1990, entre o IPC e o Bônus do Tesouro Nacional - BTNF. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$8.323 (R\$8.323 em 2006).

21.4 - Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliadas, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Perda estimada	
	31/12/2007	31/12/2006
Trabalhistas	32.783	8.469
Cíveis	12.340	2.443
Fiscais	43.626	29.472
Total	88.749	40.384

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes questões fiscais:

Imposto de Renda - A Receita Federal pleiteia a exigência do pagamento de imposto de renda, relativo ao lucro apurado entre dezembro de 1995 e abril de 1996, oriunda de Auto Infração FM 00505, que questiona a metodologia que a Companhia adotou para deduzir da base de cálculo do imposto de renda os valores de encargos de depreciação, amortização ou custo dos bens baixados, relativos ao valor da diferença de correção monetária, no período-base de 1990, entre o IPC e o BTNF. O montante estimado para esse risco é de R\$17.663.

INSS - A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança do tributo previdenciário versando sobre a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia. Essas notificações importam em R\$8.088.

Tributos municipais - Diversas Prefeituras - Pleito de cobrança de ISSQN, no período de janeiro de 1991 a agosto de 1995, supostamente incidente sobre os serviços de emissão de segunda via de conta, reaviso, entre outros. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R\$6.241.

22 - Patrimônio líquido**22.1 - Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006 está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil S.A.

22.2 - Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2007	31/12/2006
Lucro líquido apurado no exercício	118.582	139.625
Ajuste de exercícios anteriores	(11.197)	(11.197)
Lucro líquido ajustado	118.582	128.428
Constituição da reserva legal - 5%	(5.929)	(6.421)
	112.653	122.007

Dividendos oriundos do lucro líquido ajustado
Constituição da reserva de retenção de lucros
Dividendos por ação - R\$

	19,171584	7,727300
--	-----------	----------

Em 18 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$49.100, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

22.3 - Reservas

	31/12/2007	31/12/2006
Reserva de Capital		
Juros de obras em andamento	65.687	65.687
Ágio na incorporação sociedade controladora	35.348	35.348
Total	101.035	101.035

Reservas de lucros		
Legal	36.365	30.436
Retenção de lucros	265.740	265.740
Total	302.105	296.176

22.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196, da Lei 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital, submetidos às Assembléias Gerais Ordinárias.

23 - Receita operacional líquida

	Nº de Consumidores (*)		MWh (*)		RS mil	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	856.525	827.193	1.490.848	1.372.831	642.616	592.280
Industrial	10.584	10.589	1.056.975	1.041.163	360.269	319.814
Comércio, serviços e outras atividades	92.274	89.921	977.640	905.023	411.216	364.728
Rural	125.921	121.679	482.699	419.309	93.460	82.109
Poder público	8.577	8.190	178.212	165.092	70.635	62.282
Iluminação pública	278	277	211.938	210.324	46.244	45.789
Serviço público	957	907	166.800	162.422	47.639	42.909
Consumo próprio	129	134	8.174	9.644		
Total do fornecimento faturado	1.095.245	1.058.890	4.573.286	4.285.808	1.672.079	1.509.911
(-) Recomposição tarifária extraordinária (líquida de ICMS)						
Residencial					(8.192)	(11.495)
Industrial					(13.991)	(20.060)
Comércio, serviços e outras atividades					(14.507)	(19.957)
Rural					(1.595)	(2.211)
Poder público					(2.681)	(3.769)
Iluminação pública					(633)	(967)
Serviço público					(1.655)	(2.354)
Consumo próprio					(905)	
					(44.159)	(60.813)
(-) ICMS						
Residencial					(162.535)	(149.563)
Industrial					(90.051)	(78.352)
Comércio, serviços e outras atividades					(101.732)	(90.144)
Rural					(3.727)	(3.274)
Poder público					(16.968)	(10.387)
Iluminação pública					(11.561)	(11.447)
Serviço público					(6.445)	(10.708)
					(393.019)	(353.875)
Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS					1.234.901	1.095.223
Fornecimento não faturado					2.865	3.463
Devolução tarifária						4.879
Perda de receita - baixa renda					14.960	22.781
Fornecimento não faturado - PIS e COFINS das geradoras						(2.823)
Recomposição tarifária					8.069	(6.610)
Outros receitas regulatórias					(54)	(5.608)
Suprimento convencional	1	1	376.499	336.269	47.454	36.646
ECE e EAEE					25.076	633
(-) ICMS s/ECE e EAEE					3	(150)
					1.333.274	1.148.434
Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(994.617)	(912.834)
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					233.365	212.893
Total do fornecimento de energia elétrica					572.022	448.493
Disponibilização do sistema de distribuição						
Disponibilização do sistema de distribuição - outros	29	24	3.538.515	3.437.610	306.484	315.351
ICMS sobre disponibilização do sistema de distribuição - outros					(69.517)	(76.968)
Encargo de conexão					741	531
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					994.617	912.834
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(233.365)	(212.893)
Outras receitas operacionais					998.960	938.855
Energia de curto prazo e Suprimento Leilão					4.375	29.258
Serviços taxados e outros					12.477	13.949
					16.852	43.207
					1.587.834	1.430.555
(-) Deduções da receita						
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética					(16.825)	(14.105)
CDE					(72.532)	(64.173)
CCC					(87.438)	(97.272)
RGR					(13.692)	(12.602)
PIS e COFINS					(142.585)	(136.216)
ECE e EAEE - repasse para CBEE					(25.078)	(483)
ISS					(148)	(29)
					(358.298)	(324.880)
Total	1.095.275	1.058.915	8.488.300	8.059.687	1.229.536	1.105.675
* Não auditado						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 - Resultado financeiro

	2007	2006
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	18.817	11.352
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	28.488	27.658
Atualização monetária em ativos regulatório	17.673	21.960
Variações monetárias moeda estrangeira		(5.861)
Ganho na alienação de títulos cambiais		8.841
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	2.013	
SELIC sobre COFINS (alargamento de base)	1.073	15.651
Outras receitas financeiras	5.961	3.610
	<u>74.025</u>	<u>83.211</u>
Despesas financeiras		
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada		(1.135)
Encargos de dívidas	(74.753)	(82.768)
Variações monetárias moeda nacional	(39)	(267)
Variações monetárias moeda estrangeira	29.213	23.661
Operações de swap e hedge	(40.714)	(32.550)
Atualização monetária em passivos regulatório	6.142	(5.407)
Encargos sobre contingências fiscais		(6.663)
Juros sobre capital próprio	(49.100)	(45.406)
CPMF	(10.246)	(9.562)
Reversão da COFINS (alargamento de base)		17.940
Outras despesas financeiras	(6.173)	(5.761)
	<u>(145.670)</u>	<u>(147.918)</u>
Total	<u>(71.645)</u>	<u>(64.707)</u>

26 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2007	2006	2007	2006
Lucro antes do IRPJ e CSLL	108.110	136.795	108.110	136.795
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(27.028)	(34.199)	(9.730)	(12.312)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(362)	(140)	(130)	(51)
Multas indedutíveis	(7)	(5)	(2)	(2)
Gratificações a administradores	(246)	(13)	(89)	(5)
Pesquisa e desenvolvimento		2.799		1.008
Provisão para perda - estudos e projetos	(395)		(142)	
Provisão para devedores duvidosos	(1.282)	(94)	(462)	(34)
Outros				
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		(108)		(37)
Incentivos fiscais	1.247	617		
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(28.073)</u>	<u>(31.143)</u>	<u>(10.555)</u>	<u>(11.433)</u>

27 - Remuneração dos administradores

Foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 9 de abril de 2007, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$2.500.

A remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria foi de R\$1.569 em 2007 (R\$1.435 em 2006).

28 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2007
Subestações	286.500
Almoxarifado	19.230
Prédios e conteúdos (próprios)	7.900
Responsabilidade civil	5.724
Transporte (materiais)	18.800
Transporte (veículos)	1.300
Acidentes pessoais/Vida grupo	65.993

29 - Instrumentos financeiros

29.1. Considerações gerais

A utilização de instrumentos e operações envolvendo taxas de juros, como diretriz da Administração, tem por objetivo proteger a Companhia das variações no câmbio de moedas estrangeiras em relação ao Real, nas suas operações ativas e passivas.

A Administração avalia que, nas aplicações financeiras de suas disponibilidades, os riscos são mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez.

29.2. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se os Empréstimos e financiamentos (Nota 17). Os valores de mercado, quando aplicável, foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando taxas de juros praticadas pelo mercado para operações de riscos e operações similares.

29.3. Risco de crédito

Outro instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado por contas a receber que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de contas pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativas à interpretação das regras do mercado vigentes até a ocorrência do Programa de Racionamento ocorrido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

29.4. Operações de hedge

A Companhia, com o intuito de reduzir a exposição de sua dívida em dólar (*Sênior Notes*) às oscilações da taxa de câmbio, possuía até a sua liquidação em julho de 2007, operações de *hedge* apresentadas na nota 17.

29.5. Risco de taxa de câmbio e taxa de juros

Parte dos empréstimos e financiamentos captados em moeda nacional, apresentados na nota 17, são compostos de financiamentos junto a agências nacionais, Eletrobrás e BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos, aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Foram também captados e mantidos até julho de 2007 recursos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), denominados *Sênior notes* (Nota 17), sendo o endividamento e o resultado das operações significativamente afetados pelo fator de risco de mercado da taxa de câmbio (dólar norte-americano).

Este risco, existente até julho de 2007, decorria da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentassem os saldos do passivo em moeda estrangeira.

30 - Revisão tarifária periódica

Em reunião pública ocorrida no dia 6 de agosto de 2007, a diretoria da ANEEL aprovou o relatório que autoriza a revisão das tarifas da Companhia em -6,92% para o período a partir de agosto de 2007, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc.).

Considerando-se ajustes financeiros já incluídos na tarifas da Companhia, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de -2,16%.

A ANEEL estabeleceu também, de forma preliminar, o Fator X e de 1,45%, a ser utilizado a partir do reajuste tarifário de 2008.

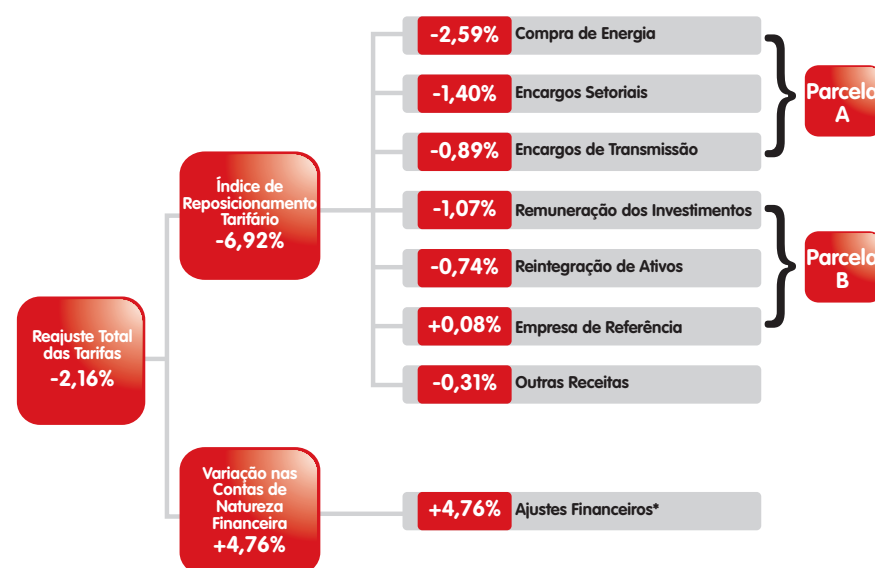
A revisão tarifária foi aplicada de forma diferenciada para os diversos grupos de clientes, devido à política de realinhamento tarifário do Governo Federal, ou seja, eliminação gradual do subsídio cruzado existente entre as classes consumidoras. Esta política foi determinada pelo Poder Concedente e tem implementação prevista para o período 2003-2007.

Dessa forma, os consumidores de alta e baixa tensão tiveram índices de reajuste distintos, conforme se observa na tabela a seguir:

Níveis de tensão	Reajuste efetivo médio sobre as tarifas de 2006
Baixa tensão (abaixo de 2,3 kV)	-12,48%
Alta tensão (acima de 2,3 kV)	-6,13%
Valor médio	-9,62%

O processo de revisão tarifária é realizado em duas etapas. Na primeira etapa, denominada reposicionamento tarifário, são estabelecidas tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes - para um dado nível de qualidade do serviço - e com uma remuneração justa e adequada sobre investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator X, que é o estabelecimento de metas de produtividade para o segundo período tarifário.

O quadro a seguir demonstra a composição dos resultados finais da Revisão Tarifária Periódica aplicada em 2007 para a Companhia:



* Os ajustes financeiros correspondem principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela "A" (CVA), ao reconhecimento parcial dos impactos decorrentes do Programa Luz para Todos - PLPT, a recomposição de descontos tarifários concedidos em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 166/2005 e a cobertura tarifária da elevação das alíquotas do PIS e da COFINS imposta pelas Leis 10.637/2002, 10.833/2003 e 10.865/2004.

Considerando-se os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, cujo reconhecimento contábil impactou positivamente o resultado em aproximadamente R\$30.222, sem considerar os efeitos de impostos.

31 - Universalização do serviço público de energia elétrica

Através da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 e da Lei 10.762, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Universalização de acesso à energia elétrica a todos que possuem carga até 50 kW sem nenhum ônus. Na área de concessão da Companhia o prazo é de viabilizar o atendimento até 2013. A meta da Companhia, que para tanto aderiu o Programa Luz para Todos, é promover o atendimento universal até 2008, salvo as exceções previstas na regulamentação desta matéria.

Para operacionalizar o Programa Luz para Todos, foi assinado em 21 de maio de 2004, Termo de Compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, Governo do Estado e Companhia, com a interveniência da Eletrobrás e ANEEL, compromisso esse que prevê financiamento de 65% com recursos da RGR (financiamento), 10% recursos de subvenção econômica CDE (fundo perdido), 15% agente executor e 10% Governo do Estado.

Na área urbana foram realizados de 2004 a 2007 atendimentos em todos os municípios da área de concessão, de acordo com a Resolução ANEEL 223/2003 e Resolução ANEEL 456/2000. No mesmo período, na área rural, o Programa Luz para Todos atendeu 27.999 novos clientes, com aplicação de R\$ 149,47 milhões.

Em 2007, no Programa Luz para Todos foram investidos R\$35,9 milhões para ligação de 5.015 consumidores em cumprimento à meta acordada com o Ministério de Minas de Energia e com o Governo do Estado do Espírito Santo.

Para a sua execução o Programa Luz para Todos foram assinados os seguintes instrumentos:

2004 - Contrato Projetos Pioneiros com a Eletrobrás, no valor de R\$200 sendo R\$170 de CDE e R\$ 30 de recurso próprio;

2004 e 2005 - Contrato ECFS-031/2004 e seus aditivos ECFS-031A, ECFS-031B no valor de R\$35.732, sendo R\$4.764 de CDE, R\$30.968 de RGR. Deste contrato, encerrado fisicamente desde dezembro de 2005, a Companhia recebeu R\$3.020 de CDE e R\$19.634 de RGR e ainda aguarda o encerramento financeiro para acerto de diferenças. Neste contrato a Eletrobrás prevê ainda como recurso próprio da Companhia mais R\$6.306;

2006 e 2007 - Contrato ECFS-106/2005 e seus aditivos ECFS-106A no valor de R\$58.044, sendo R\$ 7.739 de CDE, R\$50.305 de RGR. Deste contrato, encerrado fisicamente em março de 2007, a Companhia recebeu R\$5.418 de CDE e R\$35.213 de RGR e aguarda o encerramento financeiro para acerto de diferenças. Neste contrato, a Eletrobrás prevê ainda como recurso próprio da Companhia mais R\$10.243.

2007 - Contrato ECFS-181/2007 no valor de R\$101.414, sendo R\$85.866 de RGR e R\$15.548 de recurso próprio. Para o referido contrato ainda não houve liberação.

2004 a 2007 - Convênio SEAG 027/2004 com o Governo do Estado do Espírito Santo, no valor de R\$4.764 com fechamento pago pelo Estado de R\$4.264. Convênio SEAG 054/2005 e 197/2006 no valor de R\$9.105.

32 - Lei nº 11.638/07 - Alterações de práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, alterando a Lei nº 6.404/76 no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vem a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Essas mudanças de práticas contábeis entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e podem ser substancialmente resumidas como segue:

- ativos e passivos financeiros pré-fixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
- arrendamentos financeiros passam a ser contabilizados como ativo imobilizado;
- determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;
- ativos adquiridos em processos de aquisição de controle em sociedades, entre partes independentes, passam a ser valorizados a valores justos na sociedade adquirente;
- a equivalência patrimonial passa a ser registrada em função da influência significativa e em sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou que esteja sob controle comum; e
- a reavaliação de ativos não é mais permitida.

Os efeitos da aplicação da referida lei sobre as demonstrações financeiras da Companhia encontram-se sob análise da Administração, assim como a aplicação de determinadas modificações depende de uma regulação posterior a ser emitida pelos órgãos competentes. Assim, os impactos de todas as modificações trazidas por esta nova lei não podem ainda ser mensurados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU Presidente	JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR Vice-Presidente	AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA	ANTONIO JOSÉ SELLARE	CARLOS ALBERTO SILVA DE ALMEIDA E LOUREIRO
MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS		MIGUEL DIAS AMARO		DANTE SEGUNDO PANCINI POLA

DIRETORIA

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA Diretor Presidente	THOMAS DANIEL BRULL Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores	PAULO CÉSAR CORRÊA SOARES Diretor Comercial	DOREL SOARES RAMOS Diretor de Regulação	ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI Gerente de Contabilidade Geral CRC 1SP137290/O-8 "S" - ES
	CARLOS YOSHIO MOTOKI Diretor Operacional	MANUEL ALEXANDRE SÃO MIGUEL DE OLIVEIRA Diretor Técnico	LEONARDO JOSÉ VALLESI Superintendente de Contabilidade	

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa Vitória - ES

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: (a) o planejamento do trabalho, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquela datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram efetuados com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, tomadas em conjunto.
5. Conforme mencionado na nota explicativa 30 às demonstrações financeiras, em decorrência da quarta revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em -6,92% aplicado para o período a partir de 08 de agosto de 2007. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 não contemplam nenhum registro contábil que poderão resultar do reposicionamento tarifário definitivo.

25 de fevereiro de 2008

KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-"S"-ES

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2-"S"-ES